



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO DEFICIENTE AUDITIVO

PRISCILA RODRIGUES DE LIMA

**PRESIDENTE PRUDENTE
2014/2015**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO DEFICIENTE AUDITIVO

PRISCILA RODRIGUES DE LIMA

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Departamento de Planejamento, Urbanismo e Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, para obtenção do título de Arquiteta e Urbanista.

Orientadora: Prof. Dra. Cristina Maria Perissinotto Baron.

**PRESIDENTE PRUDENTE
2014/2015**

Agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, que se não fosse por ele, eu não teria me sustentado e chegado até aqui.

À minha Mãe Neusa Lima de Souza, que sempre foi meu braço direito, me apoiando sempre, me dando forças, me amparando quando necessário e sempre de cabeça erguida, pois com ela aprendi que tudo tem o momento certo para acontecer.

À meu Pai Edivaldo Rodrigues Lima, pelo incentivo, pelo amor, pelo carinho e sempre com palavras de animo, para o meu dia-a-dia, um grande Pai e um grande amigo, sempre presente em minha vida e em cada detalhe lembra de mim.

À minha irmã Gabriele Rodrigues de Lima, que mesmo sendo mais nova, me ensina a cada dia e me surpreende com suas palavras e com o carinho que tem pela sua "Tilinha".

À minha família sem exceção, que sempre me apoiaram e se fazem presente em cada momento de alegria e angustia, em especial a Laiane de Souza Barros, minha prima que hoje cursa o mesmo curso e por isso compartilhamos das mesmas alegrias e apuros.

À minhas amigas de curso Aline Sayuri Turuta e Mariana Gavazzi, as transferidas, onde convivi a maior parte do meu tempo, estudando, varando as madrugadas e compartilhando as vitórias.

Aos meus amigos, Carla Lima da Silva, Simone Andrade, Francisco Joaquim dos Santos Junior, Dayane Remualdo, que são como anjos me levantando nós momentos de sufoco e comemorando os momentos de alegria. E todos os outros que de alguma forma estiveram me apoiando.

À minha orientadora Cristina Maria Perissinoto Baron, pela confiança, por cada atendimento e pela clareza e leveza que nos passou nesse momento que as vezes é tão desesperador para nós. Obrigada, por todo apoio e acreditar em mim nessa etapa final.

À professora colaboradora Eliana Chagas, que tive o prazer de fazer uma pesquisa justamente sobre o tema no qual me deu todo o apoio e cedeu sua pesquisa.

À todos os professores e funcionaram que contribuíram cada um do seu modo na minha formação e nesse trabalho.

Ao Arquiteto Marcos Vinicius Vicenzi Agostinho, pela oportunidade do estágio, onde não mediu esforços para me passar seu conhecimento.

Por fim e não menos importante a minha Vó Regina Joaquina de Lima Souza que não está mais entre nós, mas que deixou tantos ensinamentos, valores humanos e um amor que nunca morre.

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1 A Deficiência Auditiva no Brasil.....	10
Tipos e causas de Deficiência Auditiva	10
2.2 Contexto Histórico e Social	14
2.3 Meios de Comunicação dos Surdos.....	16
Libras.....	16
Oralismo.....	16
3. Estudos de Caso	20
3.1 AADA – Associação de Apoio ao Deficiente Auditivo. São José dos Campos- SP	20
3.2 ADDAI – Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga-SP	21
3.3 Instituto Emanuel – Associação de Assistência para deficientes auditivos. Petrópolis-RJ.....	22
3.4 Referência Projetual: Edifício Projeto Viver / FGMF – São Paulo-SP	25
Denho Técnico Projeto Viver:	27
3.5 Referência Projetual: Universidade Cruzeiro do Sul. Anexo: Edifício Luiza de Marchi Padovese	29
4. Centro de Convivência do Deficiente Auditivo.....	34
4.1 Presidente Prudente	34
A Inclusão da Criança e do Adolescente com Deficiência Auditiva na Educação de Presidente Prudente	39
4.2 Área de Intervenção.....	42
5. O Programa e Organograma	53
A Estimulação dos Sentidos	55
Diretrizes Projetuais e Estudos Preliminares	57
6. Referências Bibliográficas.....	64

RESUMO

A inexistência de espaços adaptados às pessoas com algum tipo de deficiência compromete o direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal, assegurados a todos os seres humanos. Nesse contexto, observa-se a necessidade de planejar um local adequado aos deficientes auditivos, sejam eles surdos ou com perda auditiva.

Todas as deficiências têm características próprias e acessibilidades necessárias, que refletem na importância de criar espaços planejados. O intuito não é criar um espaço que os separe e sim que crie condições de aprendizado e os insira na sociedade.

O presente trabalho objetiva o projeto de um Centro de Apoio e Lazer para Deficientes Auditivos na cidade de Presidente Prudente – SP.

Palavras-Chave: Deficiência. Deficiência Auditiva. Surdez. Perda Auditiva. Acessibilidade.

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho Final de Graduação tem por objetivo geral a elaboração de um projeto arquitetônico de um Centro de Apoio e Lazer para Deficientes Auditivos na cidade de Presidente Prudente, localizada na região oeste do estado de São Paulo.

Um Centro de Apoio, principalmente para aqueles que vivem em áreas de exclusão social e sofrem carências na área de saúde e educação.

Compreender a deficiência e suas particularidades é um dos grandes problemas enfrentados pelo homem. Os primeiros sinais disso são identificados no relacionamento familiar, onde não há preparo para lidar com as necessidades dos deficientes. Logo são percebidos problemas na vida social, na escola, no trabalho, na arquitetura das cidades em questão da acessibilidade, principalmente nas ruas, nos meios de transportes e a comunicação no caso dos deficientes auditivos.

A determinação desse tema partiu pelo fato de a reabilitação ser um meio importante para a integração do portador de deficiência na sociedade, garantindo-lhe o direito de “ir” e “vir” e a autonomia para a execução de suas atividades diárias. Experiências pessoais relacionadas às questões que envolvem deficiência auditiva juntamente com o interesse pelos temas relacionados à mesma, como acessibilidade, reabilitação e inclusão. Com isso iniciou-se pesquisas relacionadas ao conceito de deficiência e à realidade em números de pessoas atingidas.

Em seguida desenvolveu-se um estudo do contexto histórico no país e dos avanços já atingidos na atualidade. Embora ainda haja preconceito e descaso, há respaldos das leis, que garantem direitos aos deficientes. No Estado de São Paulo existem conselhos criados especificamente para tal função.

Na cidade de Presidente Prudente, existem instituições para todos os segmentos da deficiência, menos a auditiva, a partir de então surgiu à certeza do tema e a necessidade de dar uma atenção especial aos deficientes auditivos. Fazendo breves análises do censo demográfico de 2010, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notou-se que a população de Presidente Prudente não está alheia a essas tendências, abrigando hoje mais de quinze mil pessoas com deficiência, 7,70% dos residentes totais. No entanto não há um espaço físico na cidade para os Deficientes Auditivos. Portanto em Presidente Prudente, de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizado em 2010, 5.290 pessoas apresentam algum grau de deficiência auditiva.

Tendo em vista que Presidente Prudente pode ser considerada uma cidade média com um grande papel na rede urbana em escala local e regional, uma vez que

concentra e centraliza espacialmente suas atividades industriais, comerciais e de serviços hierarquicamente entre as metrópoles e as pequenas cidades ou centros locais (SPÓSITO, 2007), julga-se importante a existência de um novo Centro de Apoio e Lazer na cidade que tenha como principal objetivo suprir uma parcela da demanda que faça parte dessa malha urbana, atendendo às mais variadas classes sociais e faixas etárias.

Entretanto, o Centro de Apoio e Lazer, oferecerá atividade de complementação social e educacional para crianças e adolescentes. Na busca pela inclusão, espera-se que deficientes auditivos frequentem escolas comuns e recebam atendimento especializado apenas em pequenos períodos diários. Partindo dessa realidade, a escolha desse tema, fez crescer o interesse na oportunidade de aprofundar o conhecimento nessa área, para ter um centro de apoio, onde oferecesse exames clínicos e também acompanhamento psicológico para as crianças e adolescentes. Algumas das atividades a serem desenvolvidas são:

INTÉRPRETE DE LIBRA

Intérprete de LIBRAS é o profissional que atuará nos processos seletivos para cursos nas instituições de ensino; nas salas de aula para viabilizar o acesso dos alunos aos conhecimentos e conteúdos curriculares, em todas as atividades didático-pedagógicas; e no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim da instituição de ensino. (Lei 10.463/2002 Capítulo V)

FONOAUDIOLOGIA

Fonoaudiólogo é o profissional com graduação plena em Fonoaudiologia, que atua em pesquisa, prevenção, avaliação e terapia fonoaudiológica na área da comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz. (Lei 6965/81 Regulamentação da Fonoaudiologia)

TERAPIA OCUPACIONAL

Profissão da área de saúde, regulamentada em nível superior, trabalha com atividades humanas, planeja e organiza o cotidiano (dia-a-dia), possibilitando melhor qualidade de vida. Seu interesse está relacionado ao desenvolvimento, educação, emoções, desejos, habilidades, organização de tempo, conhecimento do corpo em atividade, utilização de recursos tecnológicos e equipamentos urbanos, ambiência,

facilitação e economia de energia nas atividades cotidianas e laborais (trabalho), objetivando o maior grau de autonomia e independência possível. (Lei 938/69 Regulamentação da Terapia Ocupacional)

PEDAGOGIA

O pedagogo é o profissional especialista em educação, sua função é produzir e difundir conhecimentos no campo educacional. Precisando estar capacitado para atuar em diversas áreas educativas e compreender a educação como um fenômeno cultural, social e psíquico complexo e capaz de produzir e difundir conhecimentos no campo educacional. (Lei 4.746/98 Regulamentação da Pedagogia)

PSICOLOGIA

Um dos grandes interesses da Psicologia é estudar o comportamento do ser humano ao longo do seu desenvolvimento, cabendo ao psicólogo observar as emoções, as crenças, os pensamentos e o comportamento do homem, tanto no âmbito individual quanto no social. (Lei 4.119/62 Regulamentação da Psicologia)

PSICOPEDAGOGIA

Os profissionais desta área são preparados para atender crianças ou adolescentes com problemas de aprendizagem, atuando na sua prevenção, diagnóstico e tratamento clínico ou institucional. (Lei 3512/08 Regulamentação da Psicopedagogia)

ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Serviço Social é uma profissão interventiva que busca diminuir as disparidades sociais. Um assistente social atua, através de pesquisas e análises de realidade social, na formulação, execução e avaliação de serviços, programas e políticas sociais que buscam a preservação, defesa e ampliação dos direitos humanos e a justiça social. O trabalho do assistente social tem como objetivo visar e garantir direitos e assistência para a população desamparada, fazendo isso por meio de políticas sociais, de forma organizada e planejada, lutando contra os problemas das injustiças que podem afetar os desamparados socialmente. (Lei 8.662/93 Regulamentação do Serviço Social)

A meta que propõe a viabilização deste projeto será definida principalmente por meio de programas educativos, sociais e de saúde, oferecidos para a comunidade surda, favorecendo também a comunidade local onde será inserido. E, também, promover uma arquitetura institucional diferenciada das que existem na cidade, pois são poucas as instituições desse caráter que possuem alguma arquitetura e levam em consideração a criança e o adolescente.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Deficiência Auditiva no Brasil

Segundo o censo realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, cerca de 9,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, o que representa 5,1% da população brasileira. Deste cerca de 2 milhões possuem uma deficiência auditiva severa, (1,7 milhões têm grande dificuldade para ouvir e 344, mil são surdos) e 7,5 milhões apresentam alguma dificuldade auditiva. No que se refere a idade, cerca de 1 milhão de deficientes auditivos são crianças e jovens até 19 anos. O censo também revelou que o maior número de deficientes auditivos, cerca de 6,7 milhões, está concentrado nas áreas urbanas.

Já de acordo com a Organização Mundial de Saúde (2011) 28 milhões de brasileiros possuem algum tipo de problema auditivo, o que revela um quadro no qual 14,8%, do total de 190 milhões de brasileiros, possuem problemas ligados à audição.

Pesquisas também apontam que o número de deficientes auditivos no Brasil deve somente crescer. Pois, além do aumento da população idosa no país, que saltou de 2,7% para 7,4% da população, apontado pelo censo do IBGE de 2010. As deficiências auditivas, que poderiam ser reversíveis se constadas até 6 meses de idade, no Brasil, porém, de acordo com a Sociedade Brasileira de Otologia - SBO, apesar da obrigatoriedade do teste da orelhinha, são constadas a partir de 04 anos, idade considerada tardia pelos médicos. Outra pesquisa realizada no Rio de Janeiro em 2010, também pela Organização Mundial de Saúde, afirma que cerca de 20% das crianças com idade pré-escolar possuem algum grau de deficiência auditiva, porém não identificada.

Por outro lado, o SOB (Sociedade Brasileira de Otologia) afirma que cerca de 15% a 20% da população do país tem zumbido, sintoma que indica perda auditiva. Destes apenas 15% se sentem incomodados com o barulho e procuram ajuda médica. A entidade também aponta que cerca de 30% a 35% das perdas de audição são creditadas à exposição a sons intensos, sejam eles em ambientes profissionais ou em lazer (como shows ou aparelhos eletrônicos), bem como o aumento do nível de Ruído nas grandes cidades.

Tipos e causas de Deficiência Auditiva

Com a contemporaneidade, surgem às margens da sociedade dita normal, os grupos de cidadãos que apresentam certos tipos de deficiência, que hoje estão

lutando por seus direitos e deveres, principalmente por seus direitos que são regidos pela Constituição Federal. Abaixo veremos os tipos e causas de deficiências que hoje atingem um grande número de pessoas no Brasil.

Segundo Fernandes (1990) a audição é muito importante no desenvolvimento intelectual e integração social, é através da audição que adquirimos a linguagem e compartilhamos informações e nos comunicamos com nossos semelhantes. Se não pudermos fazer isso ficaremos incapacitados e isolados, vivemos num mundo cheio de significações e todo o processo de significação acontece na linguagem e o surdo tem que partir desse mundo de significado, para isso ele precisa de uma língua. Denomina-se deficiência auditiva a diminuição da capacidade de percepção normal dos sons, sendo considerado surdo o indivíduo cuja audição não é funcional na vida comum, e parcialmente surdo, aquele cuja audição, ainda que deficiente, é funcional com ou sem prótese auditiva.

Segundo a Sociedade Brasileira de Otologia (SOB) existem dois tipos principais de problemas auditivos. O primeiro afeta o ouvido externo ou médio e provoca dificuldades auditivas "condutivas" (também denominadas de "transmissão"), normalmente tratáveis e curáveis. O outro tipo envolve o ouvido interno ou o nervo auditivo. Chama-se surdez neurossensorial. A deficiência auditiva pode ser classificada como deficiência de transmissão, quando o problema se localiza no ouvido externo ou médio (nesse caso, o prognóstico costuma ser excelente); mista, quando o problema se localiza no ouvido médio e interno, e sensorineural (neurossensorial), quando se origina no ouvido interno e no nervo auditivo. Infelizmente, esse tipo de surdez em geral é irreversível. A surdez condutiva faz perder o volume sonoro: é como tentar entender alguém que fala muito baixo ou está muito longe. A surdez neurossensorial corta o volume sonoro e também distorce os sons. Essa interpretação descoordenada de sons é um sintoma típico de doenças do ouvido interno.

A deficiência auditiva de acordo com a localização anatômica pode ser tipificada de três formas, segundo critério de DAVIS E SILVERMAN (1966):

Perda Condutiva: Quando a perda auditiva se deve a um problema físico no ouvido externo ou médio. Costuma ser o resultado da fixação após a fratura do estribo, um dos três ossinhos do ouvido médio que transmitem o som através do mesmo até o líquido do ouvido interno. A maioria não é permanente podem ser tratadas com medicamentos ou cirurgias.

Perda Sensoneural: Acontece quando o som é passado do ouvido externo para o médio, mas o interno ou o nervo auditivo não transmite normalmente o som ao cérebro.

Perda mista: Quando inclui componentes tanto condutivos quanto sensoneurais.

De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Art. 4º É considerada pessoa portadora de deficiência a que se enquadra nas seguintes categorias:

II - deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:

- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
- b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
- c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
- d) de 71 a 90 db – surdez severa;
- e) acima de 91 db – surdez profunda; e
- f) anacusia;

Quanto a classificação funcional é observada conforme a origem, o tempo em que ocorreu a aquisição da perda auditiva, conforme segue abaixo:

Surdez Pré-Lingual - Origem congênita ou anterior à fase de desenvolvimento da fala, caracterizada pela total falta de memória auditiva, acarretando mais dificuldades no aprendizado, geralmente ocorrem em crianças de 0 a 3 anos;

Surdez Peri-Lingual - Surge quando o indivíduo está na fase inicial da aquisição da linguagem oral entre 3 a 6 anos;

Surdez Pós-Lingual - Perda da audição adquirida após aquisição da fala e da aquisição da leitura, ocorrem a partir dos 7 anos de idade.

A Relação entre o grau de surdez e o Desenvolvimento Infantil

Sendo a surdez uma privação sensorial que interfere diretamente na comunicação, alterando a qualidade da relação que o indivíduo estabelece com o

meio, ela pode ter sérias implicações para o desenvolvimento de uma criança, conforme o grau da perda auditiva que as mesmas apresentem:

- **Surdez leve:** a criança é capaz de perceber os sons da fala; adquire e desenvolve a linguagem oral espontaneamente; o problema geralmente é tardiamente descoberto; dificilmente se coloca o aparelho de amplificação porque a audição é muito próxima do normal.
- **Surdez moderada:** a criança pode demorar um pouco para desenvolver a fala e linguagem; apresenta alterações articulatórias (trocas na fala) por não perceber todos os sons com clareza; tem dificuldade em perceber a fala em ambientes ruidosos; são crianças desatentas e com dificuldade no aprendizado da leitura e escrita.
- **Surdez severa:** a criança terá dificuldades em adquirir a fala e linguagem espontaneamente; poderá adquirir vocabulário do contexto familiar; existe a necessidade do uso de aparelho de amplificação e acompanhamento especializado.
- **Surdez profunda:** a criança dificilmente desenvolverá a linguagem oral espontaneamente; só responde auditivamente a sons muito intensos como: bombas, trovão, motor de carro e avião; frequentemente utiliza a leitura orofacial; necessita fazer uso de aparelho de amplificação e/ou implante coclear, bem como de acompanhamento especializado. (Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, 1997).

2.2 Contexto Histórico e Social

Os primeiros relatos sobre a educação dos surdos datam do século XII, onde se dizia que os surdos não eram considerados humanos, não tinham direitos a heranças, não frequentava nenhum meio social e eram proibidos de se casarem.

Segundo Honora e Frizanco (2009) na Idade Média os surdos começaram a ter atenção diferenciada por parte da igreja, que se preocupava com o que os surdos faziam e porque não iam se confessar. Outra preocupação da igreja era com o grande número de surdos que nasciam nos castelos, devido os casamentos consanguíneos, que era comum na época, pois a nobreza não pretendia dividir sua herança com outras famílias, então casava – se entre primos, sobrinhas e até irmãos.

Em relação ao Brasil, tem – se informação de que, em 1855, chegou ao país o professor HernetHuet, que era surdo. Veio a convite do imperador D. Pedro II, para trabalhar na educação de duas crianças surdas.

Em 26 de setembro de 1857, foi fundada a instituição que recebeu, na época, o nome de Imperial Instituto de Surdos-Mudos, atualmente tem o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Nesse instituto só eram aceitas pessoas surdas do sexo masculino. Acolhia os surdos de todos os lugares do País e muitos deles eram abandonados pelas suas famílias. Desde então os surdos passaram a contar com o apoio de uma escola especializada para a sua educação. (Honora e Frizanco, 2009).

Segundo Kozlowski (1995), nos últimos anos, surgiram muitas teorias e estudos sobre o desenvolvimento pleno dos potenciais cognitivos, linguísticos, emocionais e sociais desses indivíduos. Vários métodos de trabalho foram propostos no decorrer da história da educação dos surdos, na tentativa de suprir as deficiências desses indivíduos.

Segundo Lane (1989) o Congresso de Milão que aconteceu em 1880 reuniu surdos da Europa e dos EUA, definiu uma nova corrente na educação dos surdos: a oralista. A linguagem de sinais foi proibida, o domínio da língua oral passou a ser uma condição para aceitação da pessoa com surdez dentro de uma comunidade majoritária.

O oralismo é o “processo educacional pelo qual se pretende capacitar o surdo a compreensão e na produção da linguagem oral e que parte do princípio de que o indivíduo surdo, mesmo possuindo o nível de audição para receber os sons da fala, pode se constituir como interlocutor por meio da linguagem oral”. (Soares, 1999, p.1).

Durante quase cem anos existiu o então chamado “império oralista” e foi em 1971 no Congresso Mundial de Surdos em Paris que a língua de sinais passou a ser

novamente vigorada. Nesse Congresso foram também discutidos resultados de pesquisas realizadas nos EUA sobre a chamada “Filosofia da Comunicação Total”.

Segundo Damázio (2007) a Comunicação Total considera as características da pessoa com surdez utilizando todo e qualquer recurso possível para a comunicação, a fim de potencializar as interações sociais, considerando as áreas cognitivas, linguísticas e afetivas dos alunos.

A constatação de que os surdos eram sub-educados com o enfoque oralista puro e de que a aquisição da língua oral deixava muito a desejar, além da realidade inquestionável de que a comunicação gestual nunca deixou de existir entre os surdos, fez com que uma nova época se iniciasse dentro do processo educativo dos surdos, nascendo assim à abordagem educacional por meio do Bilinguismo.

Para Damázio (2007) o Bilinguismo visa capacitar a pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social: a Língua de Sinais (que no Brasil é a LIBRAS), e a língua da comunidade ouvinte (Português).

A Língua de Sinais são sistemas de sinais independentes das línguas faladas. Não existe uma língua de sinais utilizada e compreendida universalmente, diferindo uma das outras, por exemplo: no Brasil temos a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais); nos EUA utiliza-se a ASL (American Sign Language); e na França a LSF (Langue de Signes Français). Existindo como as línguas orais, dialetos ou variabilidade regional dos sinais. A língua de sinais é uma língua de dimensão espacial e corporal.

As propostas educacionais do Bilinguismo começam a se estruturar a partir do Decreto 5.626/05 que regulamentou a lei de Libras. O Decreto prevê a organização de turmas bilíngues, constituídas por alunos surdos e ouvintes onde as duas línguas, Libras e Língua Portuguesa são utilizadas no mesmo espaço educacional, definindo também que para os alunos surdos a primeira língua é a Libras e a segunda é a Língua Portuguesa na modalidade escrita, orienta ainda para a formação inicial e continuada de professores e formação de intérpretes para a tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (DAMÁZIO 2007).

2.3 Meios de Comunicação dos Surdos

Segundo Moura (2000) para que os surdos pudessem se comunicar melhor com o mundo no decorrer dos tempos, foram desenvolvidos alguns meios para facilitar a comunicação, por exemplo, os aparelhos auditivos, leitura labial, oralismo, bilingüismo, comunicação total e o método da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Libras

Libras é a sigla da Língua Brasileira de Sinais, usada pelos sujeitos surdos e comunidades envolvidas, como pais, intérpretes, etc. é a língua natural dos sujeitos surdos, reconhecida por lei; é uma língua visual-espacial, ou seja, a realização dessa língua não é estabelecida através do canal oral-auditivo, mas através da visão e da utilização do espaço; articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo. As Línguas de Sinais (LS) ao contrário do que muitos imaginam; não são simplesmente mímicas e gestos soltos, utilizados pelos surdos para facilitar a comunicação. São línguas com estruturas gramaticais próprias, assim como as outras línguas (QUADROS, 1997).

Oralismo

O oralismo se baseou em muitas técnicas, que foram se desenvolvendo com o avanço da tecnologia (eletroacústica: aparelhos de amplificação sonoros individual e coletivos, para um maior aproveitamento dos restos auditivos) (MOURA, 2000).

No mundo todo, a partir do Congresso de Milão, o oralismo foi o referencial assumido e as práticas educacionais vinculadas a ele foram amplamente desenvolvidas e divulgadas. Os trabalhos desenvolvidos com esse método não mostraram grandes sucessos e bons resultados. A maior parte dos surdos profundos não desenvolveu uma fala socialmente satisfatória e, em geral, esse desenvolvimento era parcial e tardio em relação à aquisição da fala apresentada pelos ouvintes, implicando um atraso de desenvolvimento global significativo (LACERDA, 2009).

Bilinguismo

O bilingüismo na surdez surgiu na década de 1980. Devido ao acesso da criança o mais precocemente à língua de sinais e à linguagem oral, porém ambas não devem ser assimiladas simultaneamente por serem de estruturas diferentes entre elas. A língua de sinais deve ser adquirida por meio da interação entre a criança e o adulto surdo e a linguagem oral seria para fornecer à criança pelo adulto ouvinte, surgindo como segunda língua (SANTANA, 2007).

Comunicação total

A comunicação total para Santana (2007) apresenta ser do tipo “vale tudo”, por não questionar o papel da linguagem oral e da língua de sinais. Criou-se uma língua “artificial” com o objetivo de ensinar a gramática da língua falada ao surdo, como se fosse um processo individual e não social; portanto a idéia de que, o que vale é se comunicar acaba prejudicando a aquisição de uma matriz de significação que possa ser base para a aquisição da linguagem e para o desenvolvimento cognitivo.

A mesma autora coloca que vem sendo discutida esta questão da comunicação total, tanto no âmbito linguístico quanto no educacional e que a comunicação total apesar de ser considerada uma abordagem que não considera a questão lingüístico-cognitiva, ainda é muito utilizada. Por exemplo, alguns professores e fonoaudiólogos acreditam utilizar a abordagem bilíngue na teoria, enquanto na prática realizam a comunicação total.

2.4 Fundamentação Legal

A justificativa legal para a instauração do inquérito civil encontra-se na Constituição Federal quanto ao princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), da igualdade (art.5º), da garantia da educação para todos (art. 205) e da prioridade absoluta (art. 227) que se deve dar à criança e ao adolescente, principalmente em relação à educação.

De forma mais específica, a Constituição Federal se refere ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino, assim estabelecendo:

Art. 208 – O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Este direito foi reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que dispôs o seguinte:

Art. 54 – É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, regulamentando a Lei nº 7.853, estabeleceu que:

Art. 2º - Cabe aos órgãos e às entidades do Poder Público assegurar à pessoa portadora de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à **educação**, à saúde, ao trabalho, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à previdência social, à assistência social, ao transporte, à edificação pública, à habilitação, à cultura, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Art. 24 – Os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta responsáveis pela educação dispensarão tratamento prioritário e adequado aos assuntos objeto deste Decreto, viabilizando, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

- I. a **matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capazes de se integrar na rede regular de ensino**;
- II. a inclusão, no sistema educacional, da educação especial como modalidade de educação escolar que permeia transversalmente todos os níveis e as modalidades de ensino;
- III. a inserção, no sistema educacional, das escolas ou instituições especializadas públicas e privadas;
- IV. a oferta, obrigatória e gratuita, da educação especial em estabelecimentos públicos de ensino;
- V. o oferecimento obrigatório dos serviços de educação especial ao educando portador de deficiência em unidades hospitalares e congêneres nas quais esteja internado por prazo igual ou superior a um ano; e

- VI. o acesso de aluno portador de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, transporte, merenda escolar e bolsas de estudo.

§ 3º - A educação do aluno com deficiência deverá iniciar-se na educação infantil, a partir de zero ano.

§ 4º - A educação especial contará com equipe multiprofissional, com a adequada especialização, e adotará orientações pedagógicas individualizadas.

3. Estudos de Caso

O intuito de realizar estudos de caso, por meio de pesquisas de projetos já realizados é conhecer as atividades e dinâmicas em cada instituição, para propor um programa de necessidades para o Centro de Apoio e Lazer para Deficientes Auditivos que abranja o maior número de atividades possível.

3.1 AADA – Associação de Apoio ao Deficiente Auditivo. São José dos Campos-SP

Fundação: 24/05/1989

Localização: São José do Rio Preto-SP

Associação de Apoio ao Deficiente Auditivo (**Figura**) é uma Organização não governamental sem fins lucrativos que tem como objetivo atender crianças e adolescentes até 18 anos, prestando atendimento especializado focado na qualidade de vida do deficiente auditivo e na capacitação para o exercício da cidadania com dignidade. Na época de sua criação, não havia em São José dos Campos um centro que pudesse atender crianças com deficiência auditiva e surdez, foi quando duas profissionais recém-formadas nas áreas de fonoaudiologia e educação aceitaram o desafio e iniciaram o atendimento a estas crianças.

Hoje, a associação mantém uma equipe técnica de profissionais capacitados que prestam atendimento até mesmo aos surdos de outras cidades da região metropolitana do Vale do Paraíba.

Desde então a AADA não parou mais. São 25 anos descobrindo novos caminhos e ajudando essas crianças a se inserirem na sociedade.

Utilizando-se de métodos educacionais aliados à comunicação voltados às necessidades de cada usuário, a associação desenvolve um programa de atendimento ao deficiente que se divide em: Oficinas, Atividades voltadas à família, Ações Terapêuticas. (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AO DEFICIENTE AUDITIVO, <<http://www.aadasjc.org/>>).

Figura 1: Logotipo da AADA – Associação de Apoio ao Deficiente Auditivo
Fonte: AADA - Associação de Apoio ao Deficiente Auditivo. Disponível em:
<<http://www.aadasjc.org/>>.



3.2 ADDAI – Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga-SP

A Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos (Figura) de Itapetininga é uma entidade filantrópica criada em 1997, com a finalidade de promover o desenvolvimento global e a inserção social de deficientes auditivos. Desenvolve ações voltadas ao de desenvolvimento social, educação e saúde, além de estudos científicos na área da audição.

Como organização não governamental sem fins lucrativos, todos os atendimentos prestados são gratuitos à população. Sua missão é oferecer à criança e ao adolescente portador de deficiência auditiva a oportunidade de desenvolver seu potencial. Favorecer o desenvolvimento global de crianças e adolescentes deficientes auditivos, promovendo a integração em todos os segmentos da sociedade.

Seus objetivos são:

- Identificar a deficiência auditiva ao nascimento ou mais cedo possível;
- Intervir positivamente no desenvolvimento comunicativo, acadêmico e social das crianças deficientes auditivas e suas famílias;
- Desenvolver ações de prevenção da deficiência auditiva;
- Garantir a utilização apropriada dos recursos tecnológicos disponíveis na área da audiologia e amplificação acústica;
- Promover a capacitação e inserção profissional de adolescentes deficientes auditivos;
- Promover a autonomia e cidadania das famílias dos deficientes auditivos;

- Promover a divulgação da deficiência auditiva no município, suas características, formas de prevenção e de atuação;
- Desenvolver pesquisas sobre a deficiência auditiva no município;
- Capacitar profissionais para atuação com crianças e adolescentes deficientes auditivos.

Seus Programas oferecidos são:

1. Audiologia Educacional

Objetivo: intervir positivamente no desenvolvimento do deficiente auditivo e garantir a utilização apropriada de sistemas de amplificação auditiva sonora.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 0 a 18 anos.

2. Diagnóstico Audiológico

Objetivo: identificação e diagnóstico da deficiência auditiva.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 0 a 18 anos.

3. Ambulatório de Alto Risco

Objetivo: identificação precoce da deficiência auditiva pós natal e detecção precoce de alterações no desenvolvimento motor, da linguagem e cognição.

Público-alvo: bebês de 0 a 18 meses com histórico de risco para deficiência auditiva.

4. Apoio Pedagógico para a Inclusão Escolar

Objetivo: intervir positivamente no desenvolvimento da aprendizagem do deficiente auditivo e orientar a família para o acompanhamento da vida escolar da criança.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 5 a 18 anos.

5. Serviço Social

Objetivo: apoiar e acompanhar os familiares para o enfrentamento das dificuldades encontradas devido à ocorrência da deficiência auditiva, principalmente aqueles com maior risco de vulnerabilidade social.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 0 a 21 anos e suas famílias.

6. Programa de Inserção Profissional

Objetivo: cadastramento, orientação e capacitação para o trabalho e inserção nas empresas.

Público-alvo: portadores de deficiência auditiva de 14 a 21 anos.

7. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Audição - NUPA

Objetivo: contribuir para o conhecimento científico na área da deficiência auditiva.

Público-alvo: profissionais de saúde e educação que atuam na área.

8. Capacitação Profissional

Objetivo: capacitar e orientar os profissionais que atuam na área da audição e deficiência auditiva por meio de cursos e estágios formadores.

Público-alvo: profissionais da saúde e educação que atuam com portadores de deficiência auditiva. (ASSOCIAÇÃO DE APOIO AOS DEFICIENTES AUDITIVOS DE ITAPETININGA <<http://www.aadai.org.br/>>).

Figura 2: Logotipo da AADAI – Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga. Fonte: AADAI – Associação de Apoio aos Deficientes Auditivos de Itapetininga. Disponível em: < <http://www.aadai.org.br/>>.



3.3 Instituto Emanuel – Associação de Assistência para deficientes auditivos. Petrópolis-RJ

O Instituto Emanuel, é uma entidade sem fins lucrativos, que desenvolve projetos de assistência ao deficiente auditivo e seus familiares, com atividades diversas entre elas: Reforço Escolar, aulas de Inglês, Curso de informática, Aulas de dança hip-hop (**Figura 3**), Curso de noções básicas de Libras, Gincanas, Palestras Socioeducativas, atendimentos com profissionais capacitados como: Psicólogos, Assistentes Sociais, e fonoaudiólogos. Colônias de Férias, Coral de surdo, aulas de Judô (**Figura 4**), Artesanato. Sua missão é promover a inclusão social dos Deficientes Auditivos, junto com a sociedade como um todo, promover e apoiar o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais “LIBRAS”, como meio de comunicação objetiva e de utilização das comunidades surdas do Brasil. Acreditam que sua principal missão é a comunidade independente se a pessoa é deficiente auditivo ou não.

Figura 3: 1ª mostra de dança cênica de dos surdos em Petrópolis-RJ.

Fonte: Instituto Emanuel. Disponível em:
<<http://institutoemanuel.webnode.com.br/>>



Figura 4: 2º Campeonato de Judo para surdos.

Fonte: Instituto Emanuel. Disponível em: <
<http://institutoemanuel.webnode.com.br/>>



3.4 Referência Projetual: Edifício Projeto Viver / FGMF – São Paulo-SP

Ficha Técnica

Edifício-sede do Projeto Viver

Local São Paulo, SP

Início do projeto 2003

Conclusão da obra 2006

Área do terreno 1.500 m²

Área construída 1.000 m²

Arquitetura e luminotécnica FGMF Arquitetos – Fernando Forte, Lourenço Gimenes e/and Rodrigo Marcondes Ferraz (autores); Cecilia Reichstul (colaboradora)

A premissa fundamental do projeto foi criar espaço livre para a população da comunidade local. Essa diretriz foi originada da análise de dois elementos fundamentais do contexto pré-existente: primeiro, o fato do tecido da favela não contar com espaços coletivos de qualidade. Trata-se de uma malha densamente ocupada, onde os poucos espaços livres são estreitas vielas onde coexistem automóveis, esgoto a céu aberto e muita gente. Segundo, um terreno livre, de 1500m² que era utilizado pelos moradores como um dos principais acessos da favela, utilizado para eventos da comunidade e também como depósito de lixo de estacionamento de automóveis. A ideia principal, portanto, foi tornar esse terreno num grande espaço coletivo. Para tanto, organizamos o projeto em 4 “praças”: uma praça esportiva (a quadra de esportes), uma praça coberta (sob as salas de aula), uma praça plana (no centro, articulando os demais espaços), uma praça em patamares (no acesso, aproveitando a topografia acidentada) e uma praça elevada (na cobertura dos prédios). Maneira como a obra se integra ao contexto urbano da população ou cidade onde está construída (**Figura 5**).

Figura 5: Integração com o contorno.

Fonte: Fundação Rogelio Salmona.



A articulação entre a obra e os Espaços abertos e coletivos gerados: A “obra”, para nós, é o conjunto de espaços abertos. Para configurá-los, e também dar conta do programa funcional, os blocos dispõem-se em composição ortogonal. O bloco menor, elevado, configura a praça coberta e protege a praça de esportes. Já o bloco maior cria uma relação mais direta entre os espaços externos e internos: é por ele que se dá o acesso principal aos edifícios (Figura 6). Além disso, as oficinas no pavimento térreo têm grandes portas que se abrem, integrando a praça ao interior do edifício nos dias de evento. No pavimento superior deste edifício maior, há uma pequena loja que se abre diretamente à rua, para vender os produtos fabricados na cozinha-didática.

Figura 6: Articulação entre os blocos.

Fonte: Fundação Rogelio Salmona



A maneira como a obra tem gerado de forma evidente, espaços significativos abertos e coletivos (**Figura 7**), contribuindo desta forma, à apropriação do espaço e às melhorias da convivência na comunidade: É evidente a apropriação do espaço pela comunidade, mesmo que tenha sido realizado posteriormente um fechamento periférico com gradis removíveis. Os portões estão sempre abertos, permitindo que as pessoas entrem e usem o espaço mesmo que não tenham um vínculo específico com alguma atividade em curso. Para que esse uso seja real, contribuem as ações coordenadas pela Associação Viver em Família, como aulas de reforço, treinamentos profissionalizantes, campanhas de atendimentos médico, odontológico, jurídico, psicológico etc. Mas, sobretudo, contribui o espaço generosamente desenhado para ser parte fundamental de uma nova paisagem e de um novo cotidiano desses moradores. A disponibilidade e espaço coletivo qualificado promove a noção de que trata-se um bem de todos os moradores, que vêm se apropriando deste espaço de forma significativa e mantendo-o como um bem precioso da comunidade.

Figura 7: Espaços significativos, abertos e coletivos.

Fonte: Fundação Rogelio Salmona



Desenho Técnico Projeto Viver:

Figura 8: Implantação.
Fonte: Fundação Rogelio Salmona (ArchDaily)

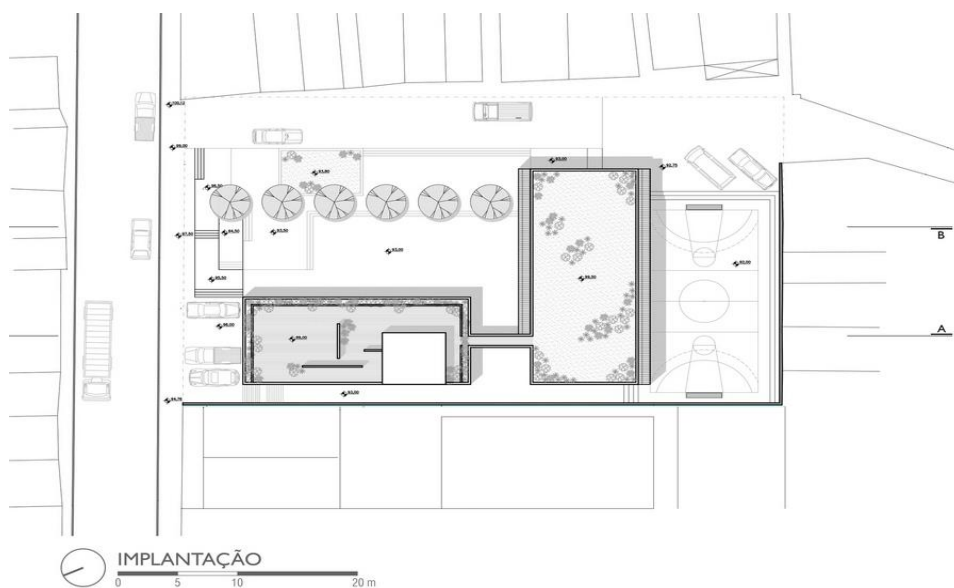


Figura 9: Planta Térreo.
Fonte: Fundação Rogelio Salmona (ArchDaily)



Figura 10: Corte Longitudinal 01.
Fonte: Fundação Rogelio Salmona (ArchDaily)

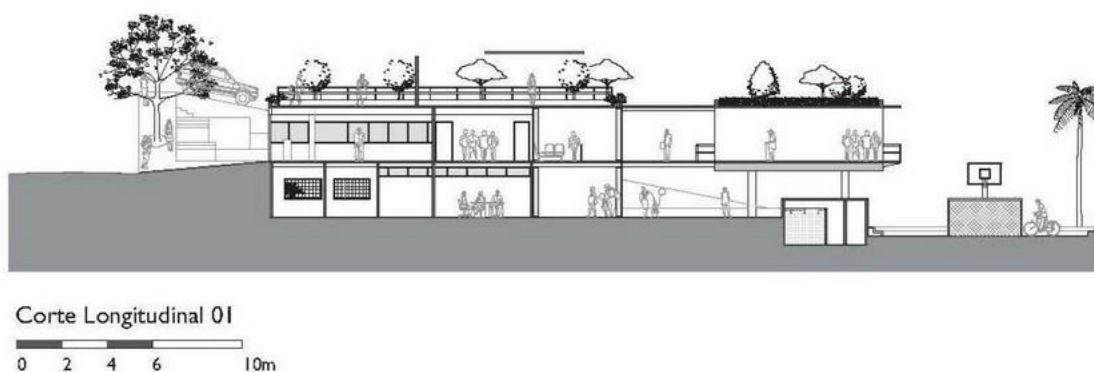


Figura 11: Corte Longitudinal 02.
Fonte: Fundação Rogelio Salmona (ArchDaily)

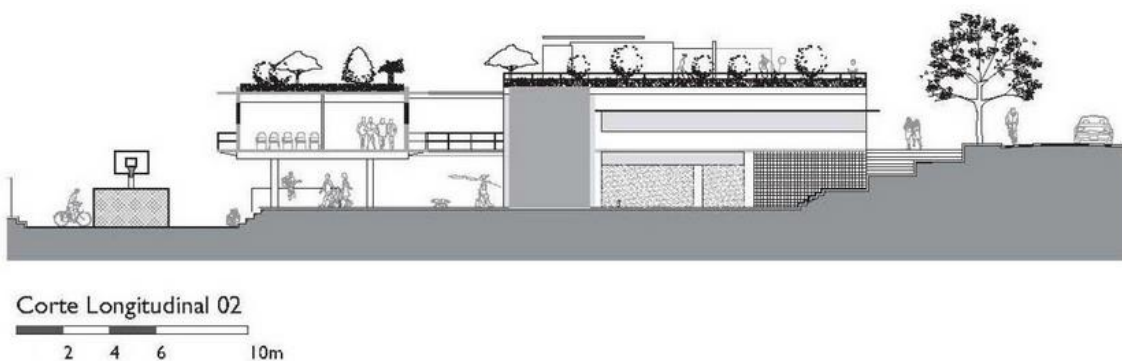
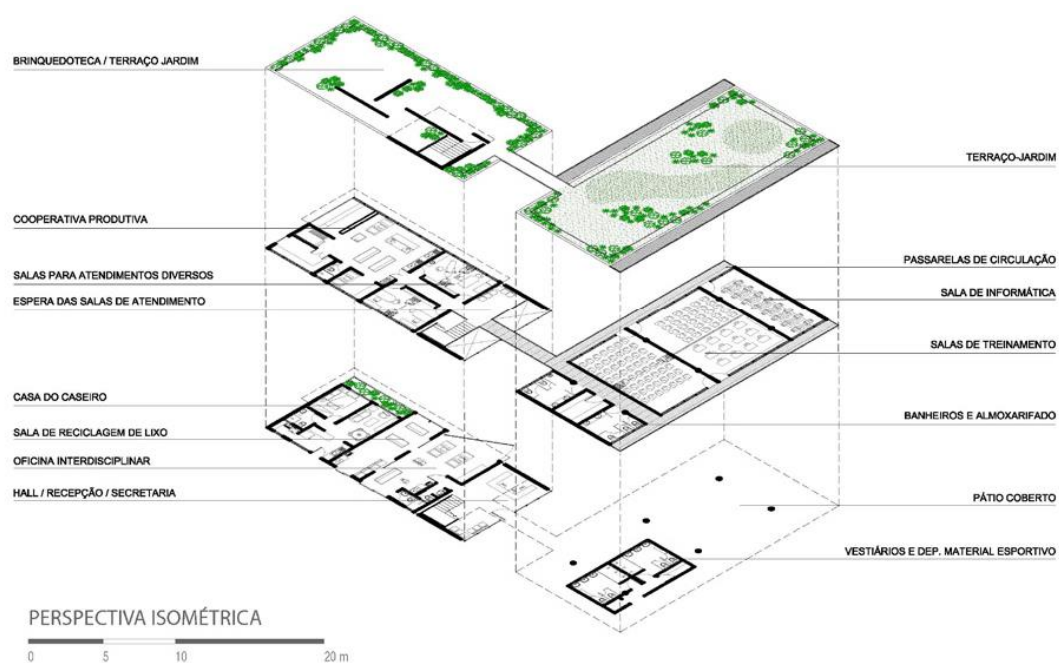


Figura 12: Perspectiva Isométrica
Fonte: Rogelio Salmona (ArchDaily)



3.5 Referência Projetual: Universidade Cruzeiro do Sul. Anexo: Edifício Luiza de Marchi Padovese

Ficha Técnica

Local: São Paulo, SP

Área do terreno: 34 257 m²

Área construída: 10 500 m²

Ano do projeto: 2003

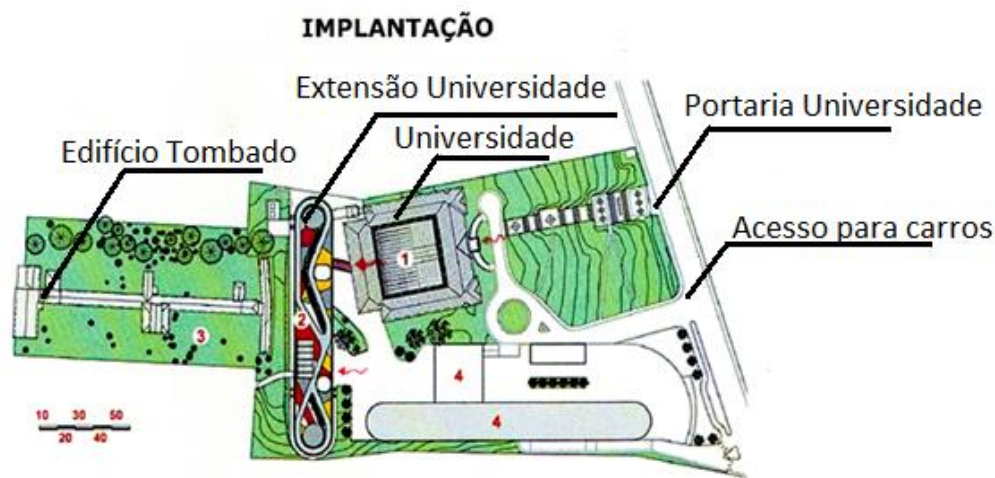
Ano de conclusão da obra: 2004

Arquitetura e paisagismo: Arq. Samuel Kruchin - KRUCHIN arquitetura

Colaboradores: Arq. Alexandre Franco Martins; Arq. Cristiane Gonçalves; Arq. Luciana Bertolini e Arq. Peter Ribon Monteiro

O Jardim Anália Franco é uma das mais valorizadas áreas da zona leste paulistana, porém isso não lhe garante uma arquitetura de boa qualidade. Uma das poucas exceções é o campus da Universidade Cruzeiro do Sul, projeto do arquiteto Samuel Kruchin. No segundo semestre de 2004, foi concluído o segundo bloco, o edifício Luíza de Marchi Padovese. A arquitetura é expressiva e tem autonomia capaz de lhe conferir identidade, sem ofuscar o edifício histórico o com o qual convive. Na implantação (Figura), o arquiteto optou por incorporar à edificação aspectos da genealogia do lote. O acesso principal reconstitui a trilha que antigamente, conectava as vias urbanas situadas nos limites do terreno original, conhecido como sítio do Capão.

Figura 13: Implantação da Universidade.
Fonte: ArcoWeb, editado pela Autora, 2014.



Implantação
 1. Edifício Anália Franco 2. Edifício Luíza de Marchi Padovese
 3. Casa do regente Feijó 4. Futuras instalações

A fachada do conjunto é composto por elementos funcionais e estéticos e a construção se expressa a partir da estrutura metálica , é conectada à edificação antiga por uma passarela (Figura 14), dando a ideia de ligação entre o passado e o presente.

A cobertura (Figura) é destacada por uma praça arborizada com pista de cooper. Como o pavimento superior está praticamente na mesma altura da copa das árvores, há a sensação de um jardim elevado contínuo.

Figura 14: Passarela de ligação.

Fonte: Nelson Kon(ArcoWeb), 2014.



Figura 15: Cobertura.

Fonte: Nelson Kon (ArcoWeb), 2014.



Com intuito de entender o projeto, seu programa de necessidades, sua estrutura foi feito o estudo, nas imagens a seguir:

Figura 16: Subsolo e Pavimento Terreo.

Fonte: ArcoWeb, editado pela Autora, 2014.

SUBSOLO E PAVIMENTO TÉRREO

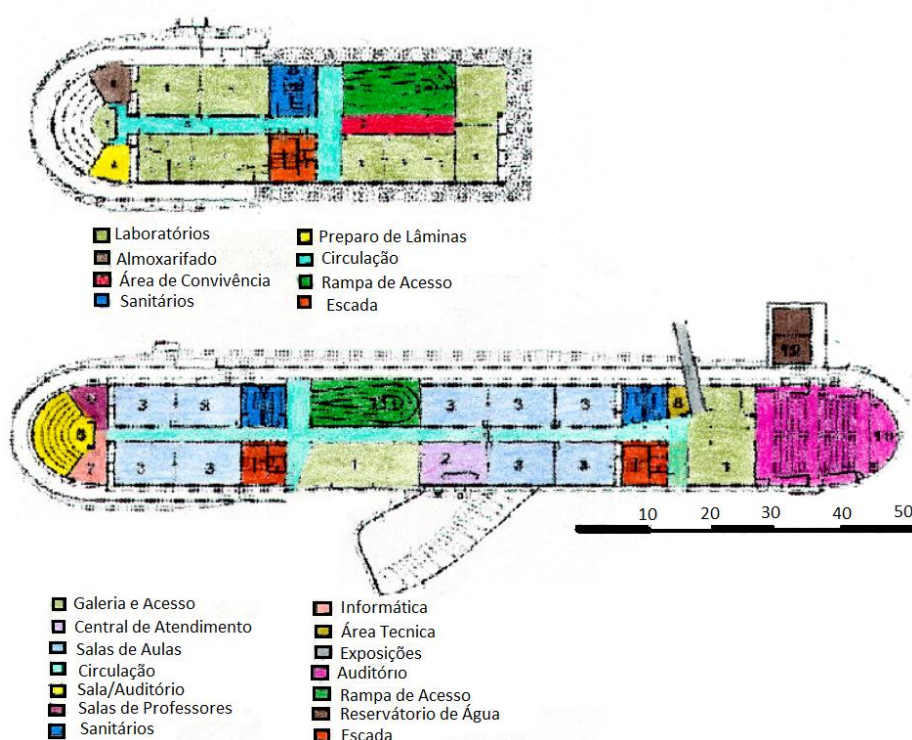


Figura 17: Pavimento tipo e Cobertura.
Fonte: ArcoWeb, editado pela Autora, 2014.

PAVIMENTO TIPO E COBERTURA

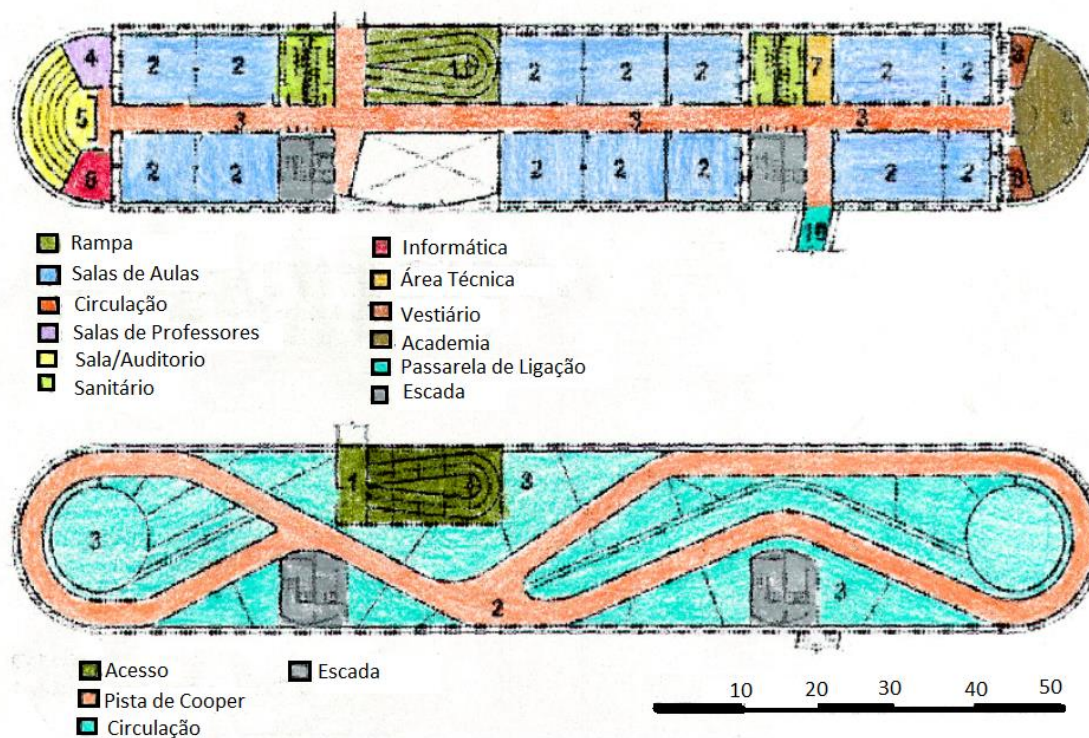


Figura 18: Sub Solo e Pavimento Térreo.
Fonte: ArcoWeb, editado pela Autora, 2014.

SUBSOLO E PAVIMENTO TÉRREO

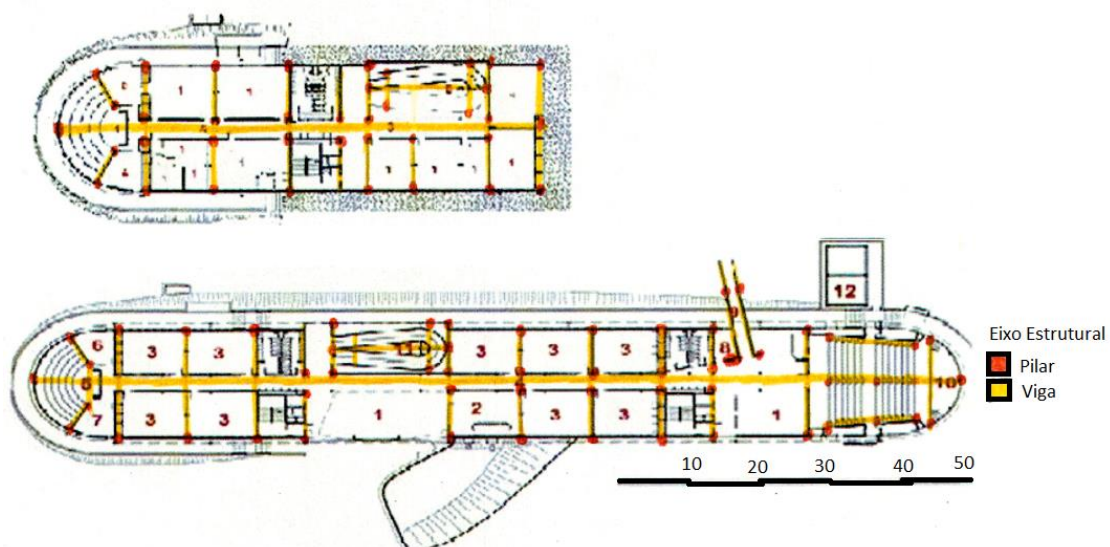


Figura 19: Pavimento tipo e cobertura.
Fonte: ArcoWeb, editado pela Autora, 2014.

PAVIMENTO TIPO E COBERTURA

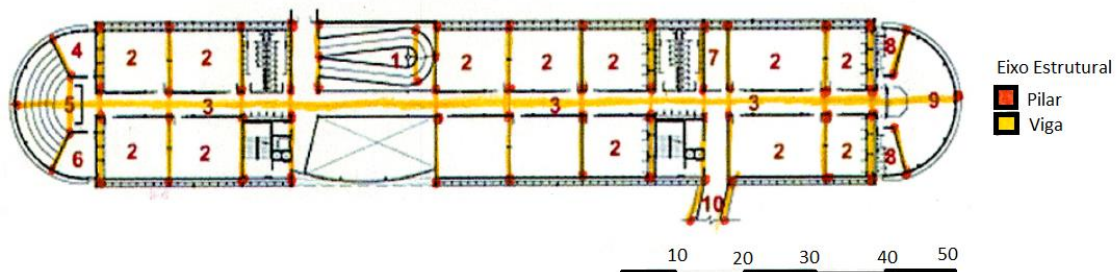


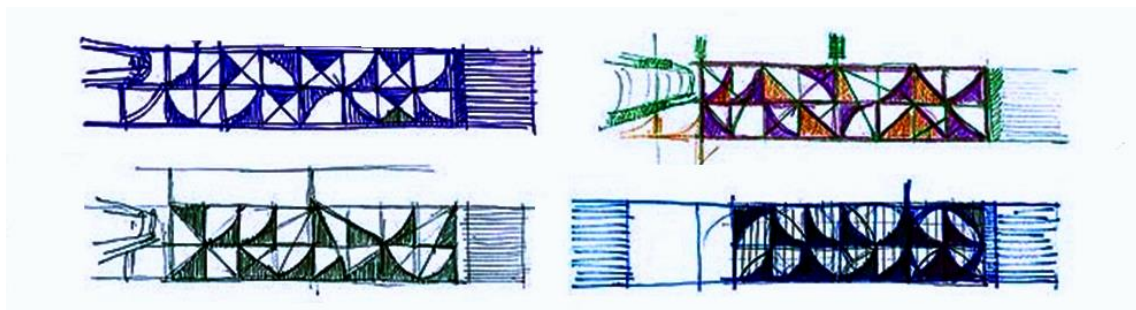
Figura 20: Fachada Norte.
Fonte: Nelson Kon (ArcoWeb), 2014.



Figura 21: Fachada Sul.
Fonte: Nelson Kon (ArcoWeb), 2014.



Figura 22: Estudo de fachada.
Fonte: Editado pela autora, 2014.



4. Centro de Convivência do Deficiente Auditivo

Em uma sociedade inclusiva, as diferenças sociais, culturais e individuais são utilizadas para enriquecer as interações e a aprendizagem entre os seres humanos. Trata-se de uma mudança profunda no comportamento e na atitude das pessoas. No caso específico das pessoas com deficiência, promover a compreensão da diversidade é a forma mais coerente de favorecer a inclusão social e a aprendizagem delas. O intuito de um Centro de Apoio, se transformar em um centro de Convivência é exatamente para fortalecer esses valores e quebrar essa diversidade, tendo em vista que o Centro de Convivência tem como o seu público alvo o jovem, que passa logo essas transformações na vida e muitas das vezes não estão tão abertos a mudanças e por isso se relacione a cada dia mais e saibam respeitar e conviver com as diferenças. Apesar de o enfoque ser o Jovem, pois a maioria das atividades são voltadas para eles, teríamos também atendimentos para todas as idades, desde criança até a melhor idade todos que precisarem de cuidados e atendimentos especiais, podendo assim o centro se tornar dinâmico e ter suas atividades sempre abertas para mudanças, para atender á todos de uma forma especial e única.

O Centro de Convivência do Deficiente Auditivo será uma instituição pública, onde o cuidado será de todos, onde poderão ter voluntariados dispostos a ajudar, a aprender um curso de libras por exemplo, para que possamos cada vez mais estreitar os laços.

4.1 Presidente Prudente

O projeto tem como recorte empírico uma cidade média do interior paulista, Presidente Prudente (SP) localizada à 24° 07' 04 de latitude Sul e 51° 22' 57 de longitude, fundada em 14 de setembro de 1917; a cidade nasce da reunião de dois núcleos urbanos criados para amparar as vendas de terras feitas por Goulart e Marcondes, portanto, pode-se afirmar que a cidade de Presidente Prudente (SP) originou-se de uma lógica de produção do espaço urbano voltado à especulação de terras, e devido a este tipo de estruturação urbana, a cidade apresenta perdas na qualidade do ambiente físico em relação ao modo de ocupação desordenada do espaço urbano, o que gera um desarmônico processo de expansão e de locação de infraestrutura.(AMORIM, 2000)

Neste sentido, devido à generalidade dos dados elaborados pelo IBGE, este trabalho baseia-se na pesquisa realizada por Chagas (2007), denominada “Análise da Qualidade de vida das pessoas com deficiência em áreas de exclusão social em Presidente Prudente”. Chagas (2007) observa que nos lugares em que há carências no acesso às condições básicas de saúde, de moradia, de escola, de trabalho, de outros equipamentos e serviços necessários, as pessoas passam a ter dificuldades, por vezes, de tal ordem que as impedem de usufruir de seus direitos e de resolver seus problemas. Pessoas com deficiência podem ter esta condição em maior intensidade, pois há ainda outro fator de interferência no uso e no acesso a estas necessidades. O fato de ser portadora de uma deficiência, em princípio não a impede de participação, porém a condição do lugar, do ambiente pode impedir ou agravar a sua condição.

*As deficiências e as incapacidades atingem claramente as populações mais desfavorecidas socialmente, sem que se possa determinar com segurança se elas são causa ou consequência de uma situação de desvantagem e exclusão.
Teixeira e Oliveira (2004, p.7) apud por Chagas (2007).*

Os termos deficiência e incapacidade têm se diferenciado cada vez mais, assim há uma grande distinção entre “ter uma deficiência e ser incapaz”. De acordo com Chagas (2007), a modificação, o desvio, uma anormalidade corporal deixou de ser um sinônimo de um corpo que não funciona bem, que não tem capacidade para nada, incluindo o trabalho ou coisas que a “pessoa normal faz”.

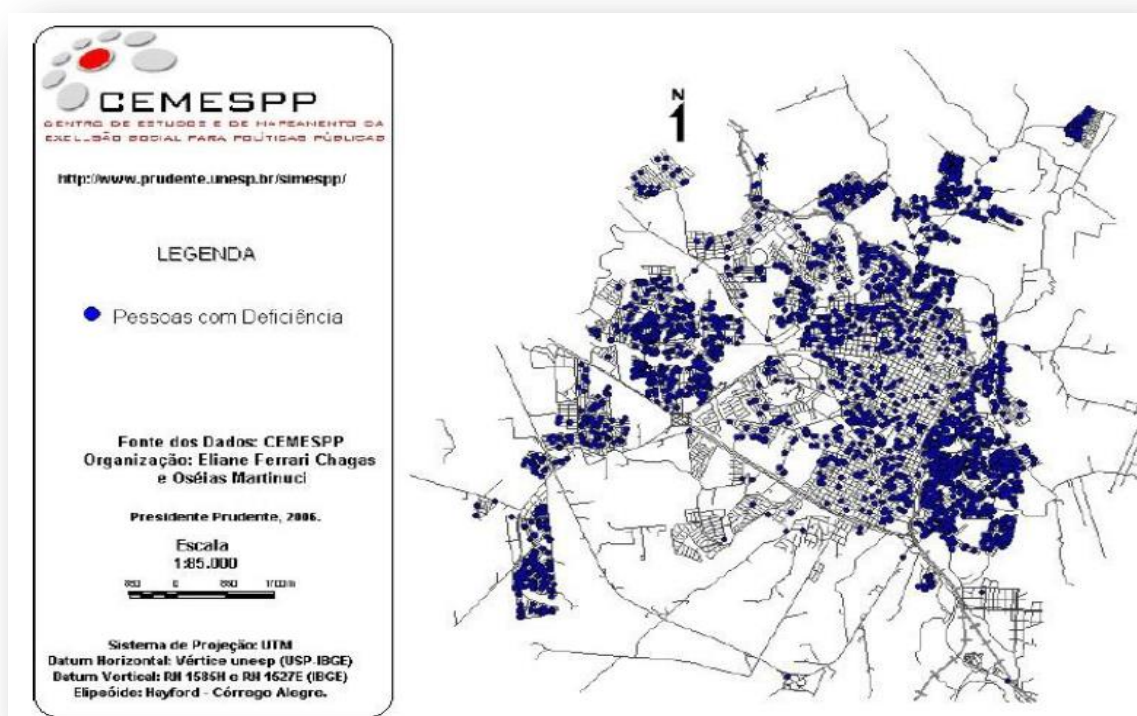
Ainda assim as pessoas portadoras de deficiência precisam de tratamento especializado e muitas vezes, à assistência à saúde da pessoa com deficiência é feita nos postos de Unidade Básica de Saúde (UBS) ou no Programa de Saúde da Família. A maior dificuldade que essas pessoas sofrem, além de morar em áreas de exclusão, é também a falta de transportes apropriados, principalmente aos portadores de deficiência física.

Para estudar melhor os deficientes em Presidente Prudente e suas necessidades, foram utilizados os dados obtidos na pesquisa realizada por Chagas (2007), cujas informações foram obtidas e autorizadas pelo Conselho da Pessoa Portadora de Deficiência (CONDEF) e demais instituições que puderam fornecer informações, analisando, assim, dados de 3557 pessoas com deficiência em Presidente Prudente. Destas, 1089 com deficiência física, 903 com deficiência mental, 295 com deficiência visual, 258 com deficiência orgânica, 222 com deficiência auditiva, 139 com deficiência múltipla, e 651 com deficiências indefinidas.

De acordo com o Mapa referente à Distribuição de Pessoas com Deficiência por endereço, em Presidente Prudente (

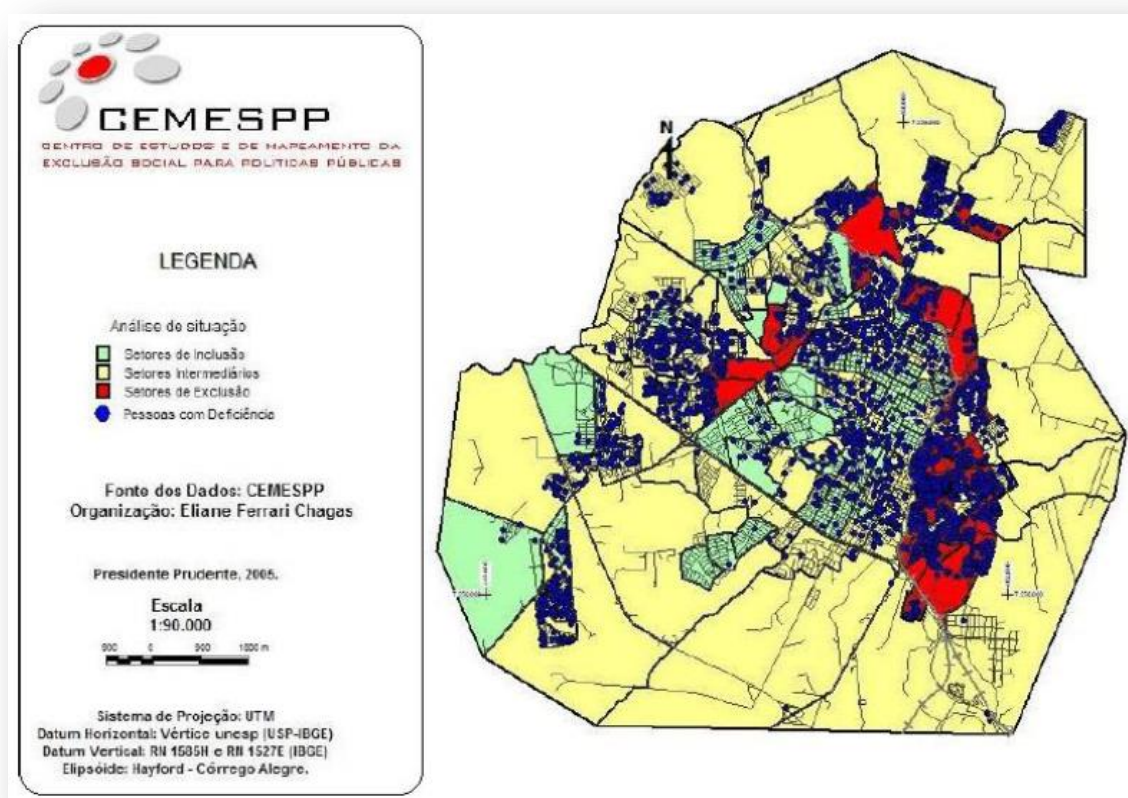
Figura), pode-se observar que a distribuição populacional de indivíduos com deficiência é desigual, concentrando-se nas zonas periféricas da cidade.

Figura 24: Distribuição de Pessoas com Deficiência por endereço em Presidente Prudente /SP.Fonte: CHAGAS, 2007.



Em seguida, partindo do pressuposto que grande parte dos pacientes do SUS vivia em áreas da cidade menos favoráveis e do embasamento teórico de que “as deficiências e as incapacidades atingem claramente as populações mais desfavorecidas socialmente, sem que se possa determinar com segurança se elas são causa ou consequência de uma situação de desvantagem e exclusão” (TEIXEIRA E OLIVEIRA, 2004 apud CHAGAS, 2007), sobrepôs-se o resultado do primeiro mapa com o mapa de exclusão/inclusão social de Presidente Prudente, também desenvolvido pelo CEMESPP (**Figura)**.

Figura 25: Distribuição das pessoas com deficiência por setor censitário em Presidente Prudente/ SP. Fonte: CHAGAS, 2007.



Através das figuras podemos observar que a maior concentração de deficientes está localizada nas zonas periféricas da cidade. Principalmente na região leste. Nessas áreas o acesso à saúde se torna mais difícil, e de acordo com a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (Portaria nº 1060/02), é direito do deficiente o atendimento na rede de serviços, em diversos níveis de atendimento e especialidades médicas. Estes níveis devem atender necessidades básicas, atendimento ambulatorial especializado e atenção hospitalar especializada.

Além de atendimento à saúde, a pessoa com deficiência precisa de atividades fora de casa, como educação, trabalho, lazer e a participação social, que pode ser afetada pela deficiência ou pela incapacidade que esta pode proporcionar. Esta

condição pode ser amenizada caso haja disponibilidade de equipamentos sociais que proporcionam maior participação na vida social dessa pessoa.

Esse equipamento seria o Centro de Apoio, que oferece ao deficiente, atividades diárias, onde ele vai encontrar tudo que precisa em um só lugar, atendimento clínico, esportes, aulas de reforço, vida social e lazer.

As pessoas com deficiência, antes mesmo de serem assim consideradas, são seres humanos que devem exigir do Estado, de seus familiares ou de qualquer outro cidadão os Direitos e Garantias Fundamentais que lhes são assegurados pela Constituição Federal de 1988, sejam eles direito à vida, liberdade, igualdade, não discriminação, segurança, propriedade, educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência social e muito mais.

De acordo com o Manual dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2010), é dever da família estimular, e obrigação das instituições especializadas capacitarem a pessoa com deficiência, objetivando sua inclusão nestes ambientes, onde fará jus a todos os benefícios assegurados aos demais trabalhadores e estudantes.

A Inclusão da Criança e do Adolescente com Deficiência Auditiva na Educação de Presidente Prudente

A partir de todo esse estudo sobre a necessidade de se projetar um espaço para os deficientes auditivos, a fim de aprofundar os estudos, buscamos informações sobre os programas que exercem na escola pública, fora do seu horário regular de aula, qual era o tipo de acompanhamento realizado. Seguindo essa linha a Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude e da Pessoa com Deficiência de Presidente Prudente/SP. Visando o cumprimento dos direitos à igualdade, dignidade e educação, previstas na Constituição Federal, há anos vem desenvolvendo trabalhos e valendo-se de procedimentos jurídicos, no intuito de efetivar a inclusão da pessoa com deficiência, no sistema escolar, para garantir-lhes a cidadania plena.

Desenvolvimento dos Trabalhos

Para regular instrução do inquérito civil nº 23/09, expediu-se ofício à Secretaria Municipal de Educação e à Diretoria de Ensino requisitando informações sobre o seguinte questionamento:

1. Quais unidades escolares possuem atendimento educacional especializado ao aluno com deficiência, no contra-turno da escolarização e classes especiais de recursos multifuncionais?
2. Quantos alunos frequentam tais salas?
3. Quais atividades são desenvolvidas em relação aos professores para a sua formação na questão da inclusão do aluno com deficiência?
4. Qual a política adotada pelo Município e pelo Estado quanto à inclusão dos alunos com deficiência do município?

DIRETORIA DE ENSINO: 1. Informou que apenas duas escolas contam com serviço de atendimento pedagógico especializado (SAPES) sendo que: a) EE Prof. Hugo Miele conta com duas Salas de Recursos, uma para atendimento de alunos com deficiência visual e outra para aqueles com deficiência auditiva; b) EE Prof. Fernando Costa conta com uma sala para alunos com deficiência auditiva. Informou, ainda, que realiza trabalho itinerante fazendo avaliações em alunos com dificuldade de aprendizagem nas escolas, realizando o encaminhamento específico. Este trabalho é desenvolvido por 5 professoras especialistas. 2. Informou que as Classes Especiais contam com Salas de Recursos e atendem 57 alunos com deficiência auditiva. 3. Para a formação dos professores que atuam na educação dos alunos com deficiência, a Diretoria de Ensino faz acompanhamento através da equipe de Supervisores de Ensino, da equipe de gestora das unidades escolares e recebem orientações e capacitação específicas do Professor Coordenador da Oficina Pedagógica, especializado nesta área de educação. Em nível de Secretaria de Estado, contam com o Centro de Apoio Pedagógico Especializado - CAPE que oferece cursos de orientação técnica. 4. Por fim, informou que a política adotada está consignada na Resolução SE – 11 de 2008, onde nenhum aluno deixa de ser matriculado, inclusive aqueles com deficiência que são inseridos na condição de 'inclusão escolar'. Reforçaram a informação de que contam com profissional especializado e com as salas de recursos e classes especiais.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: 1. Informou que apenas uma escola conta com atendimento educacional especializado aos deficientes auditivos, realizado em salas de recursos, sendo: a) EMEF Dr. João Franco de Godoy que conta com 2 Salas de Recursos para alunos com deficiência mental, 01 Sala de Recursos para alunos com deficiência auditiva; 2. Informou, através de um levantamento do ano de 2008, que contam com 27 alunos com deficiência auditiva. 3. As atividades realizadas para aprimoramento do trabalho dos professores consistem em reuniões

semestrais entre as professoras e os pais dos alunos atendidos, outras reuniões, três vezes ao ano, entre os professores, para que troquem informações e discutam formas de trabalho. Ocorrem cursos específicos na sede da secretaria. Os professores especialistas que trabalham nas salas de recursos dividem seu horário entre atendimento aos alunos e visitas às escolas. 4. Em conjunto com o MEC, realizam o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. E também o atendimento em salas especiais como citado no item anterior. Contam também com um Centro de Avaliação e Acompanhamento para os alunos que necessitem.

Sendo assim, diante do que foi exposto, podem-se fazer as seguintes considerações:

Os dados não representam a totalidade das crianças e/ou adolescentes de Presidente Prudente, posto que se limitou à análise daqueles que estão vinculados a alguma instituição. Assim, os dados devem ser analisados tendo como base esta limitação, que não representa a totalidade dos indivíduos com deficiência no município. Os deficientes envolvidos estão razoavelmente assistidos, frequentando alguma unidade escolar. Há uma porcentagem muito pequena de alunos que frequentam a sala multifuncional, fato esse preocupante, face à grande demanda hoje pela inclusão, para a qual essa sala pode ser um recurso auxiliar de extrema relevância.

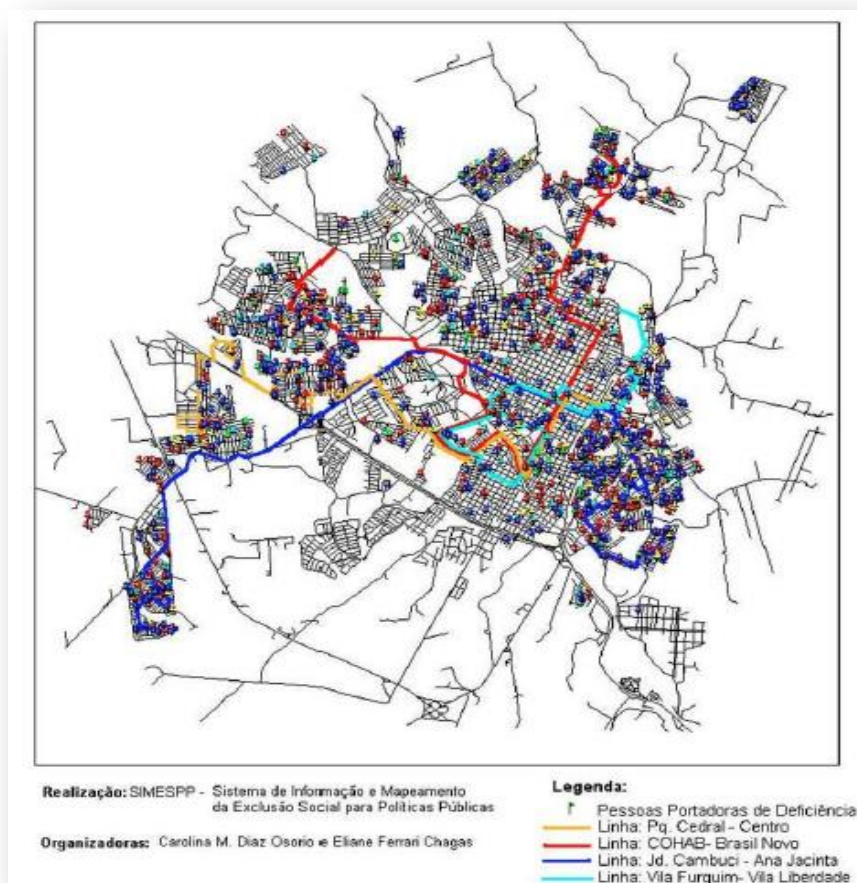
São necessárias algumas ações do Poder Público junto a atendimentos prestados, particularmente no sentido de se garantir que os serviços especializados estejam efetivamente favorecendo a inclusão, não só escolar, mas também social. Há, na Educação Especial Brasileira, uma forte tendência histórica de fazer uso de serviços especiais para promover a segregação (ou talvez até invalidação social). Isso ocorre quando esses serviços especiais tornam os deficientes dependentes de recursos especiais, além de os usuários de serviços destinados a grupos minoritários, de um modo geral, serem estigmatizados, mais ou menos naturalmente, por razões sócio-culturais.

4.2 Área de Intervenção

Após estimar a metragem quadrada do centro de apoio, puderam-se definir parâmetros para a escolha da área de intervenção. Foi visto até aqui que tal equipamento urbano, trata-se de um centro de apoio e lazer, voltado para um determinado segmento da sociedade, as pessoas com deficiência auditiva e por isso, dever ser implantado em uma área concentrada e centralizada.

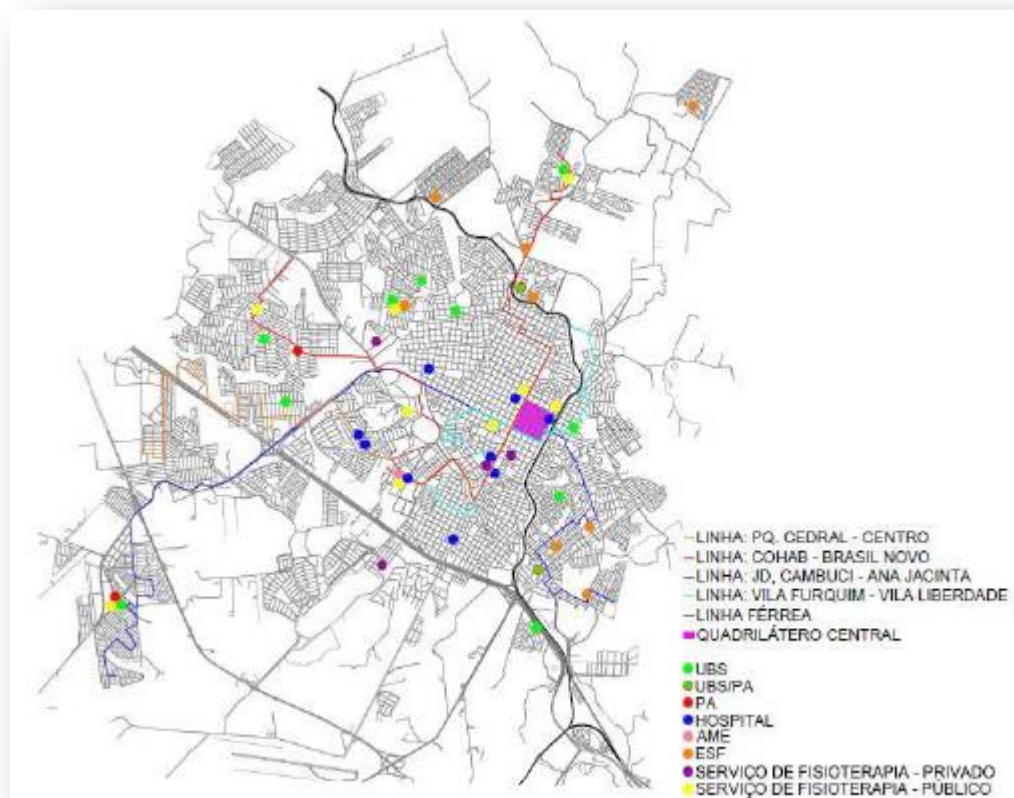
A partir da análise de Chagas (2007), compreendeu-se também que boa parte da população público alvo do projeto a ser proposto reside na periferia, onde o poder aquisitivo é mais desfavorecido e para acessar os serviços centrais, muito dessas pessoas utilizam o transporte público coletivo, apesar das dificuldades. Com o intuito de facilitar o acesso ao novo equipamento, com a tentativa de minimizar a questão da parada do ônibus, ao mesmo tempo em que se tenta facilitar o acesso para os que não residem dentro da cidade, faz-se necessário que o local de intervenção seja próximo de vias arteriais, “coletando” aqueles que vierem da via expressa e que este local seja preferencialmente parada da rota do transporte público (**Figura**).

Figura 26: Itinerários do Transporte Coletivo Municipal Adaptado. Fonte: CHAGAS, 2007.



Após verificar se as rotas de tais itinerários permaneciam as mesmas, em virtude do ano em que este mapa foi elaborado, sobrepuseram-se essas rotas no mapa de distribuição dos principais serviços de saúde de Presidente Prudente (**Figura**). Nota-se que boa parte dos serviços estão próximos a pelo menos uma das rotas, demonstrando que as pessoas podem acessar os serviços de baixa à alta complexidade também por esses caminhos.

Figura 27: Serviços de saúde e Itinerários do Transporte Coletivo de Presidente Prudente, sem escala. Fonte: base de SASAKI, 2012; CHAGAS, 2007, organizado pela Tatiana Sawamura, 2013.



A partir desses mapas, então, verificou se existiam possibilidades de implantação para o projeto nas proximidades dessas rotas, observando-se primeiramente as áreas em que se coincidiavam mais de uma linha. Dessa observação, selecionou-se uma área de potencial, localizada próxima à Avenida Manoel Goulart (Figura), que além de ser parte da rota de diversos itinerários, atua como via arterial de diversas avenidas e rodovias que possibilitam a entrada na cidade.

Figura 28: Relação da área de intervenção com a Avenida Manoel Goulart e o quadrilátero Central. Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2014.



Verificou-se posteriormente, segundo a Prefeitura de Presidente Prudente (SP), que tal área pertence ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSP, que é uma entidade autárquica autônoma, sem fins lucrativos que atualmente está vinculada à Secretaria de Gestão pública do Estado de São Paulo. É finalidade do instituto “prestar assistência médica e hospitalar de elevado padrão a seus contribuintes e beneficiários”. Assim, coincidentemente, trata-se de uma área destinada a serviços relacionados à saúde, porém destinados a um público restrito. Com mais de onze mil metros quadrados e muito tempo sem receber alguma intervenção, faz-se a proposta de que o terreno poderia ser destinando ao centro de apoio público.

As figuras a seguir ilustram, respectivamente, a implantação do terreno no bairro em que se insere o Centro Educacional, e, em uma vista aproximada, sua via de acesso. O Centro Educacional constitui-se em um bairro (**Figura 29**) com predominância de áreas institucionais voltadas à Educação. Neste bairro que se localizam a área central e norte da FCT UNESP, bem como o SENAC, o SENAI e a Diretoria de Ensino, além de um estabelecimento de saúde, o Ambulatório de Saúde Mental, e a Companhia de Tecnologia e Saneamento Ambiental – CETESB.

Figura 29: Implantação da área escolhida no bairro Centro educacional. Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2014.



Na imagem aproximada (**Figura**), nota-se que o terreno é “de esquina”, tendo duas possibilidades de acesso a partir da Avenida Manoel Goulart, uma pela via coletora “João Gonçalves Foz” e outra pela “Rua Professor Plácido Nogueira”, fato que deve ser considerado no projeto. Após esta análise geral que mostra os critérios de escolha da área, faz-se seu diagnóstico.

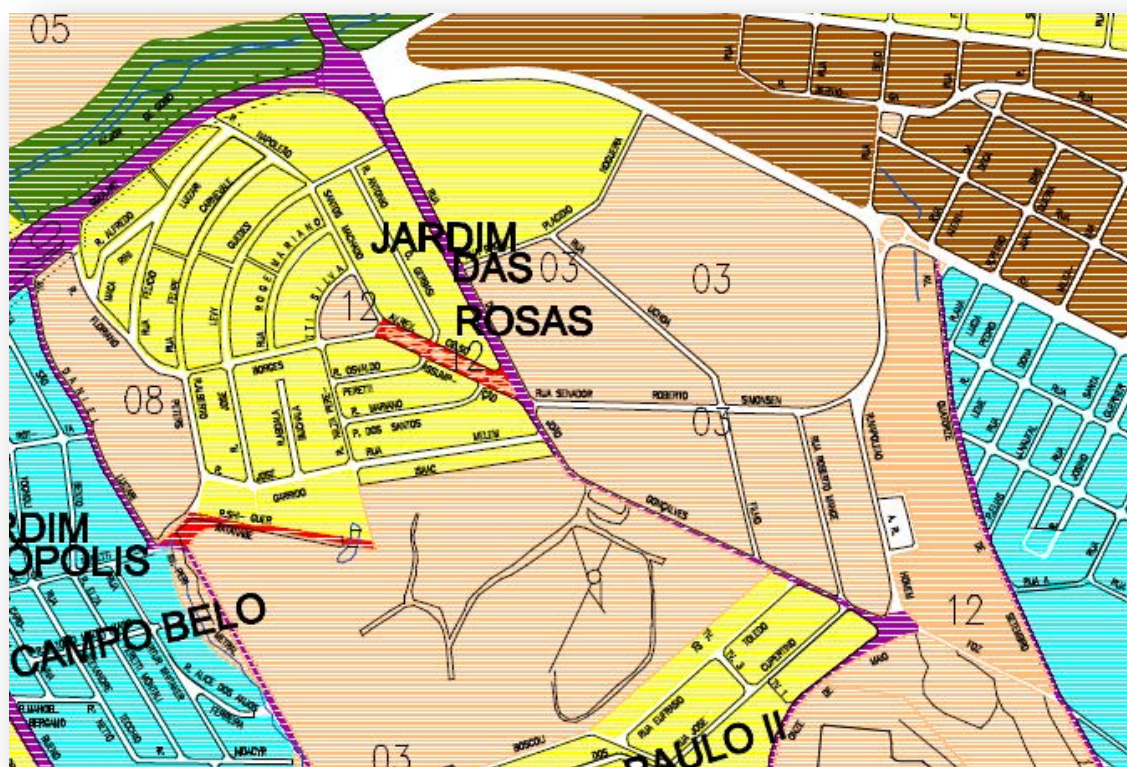
Figura 30: Hierarquia de vias e visão aproximada da área.

Fonte: Google Earth, editado pela autora, 2014.



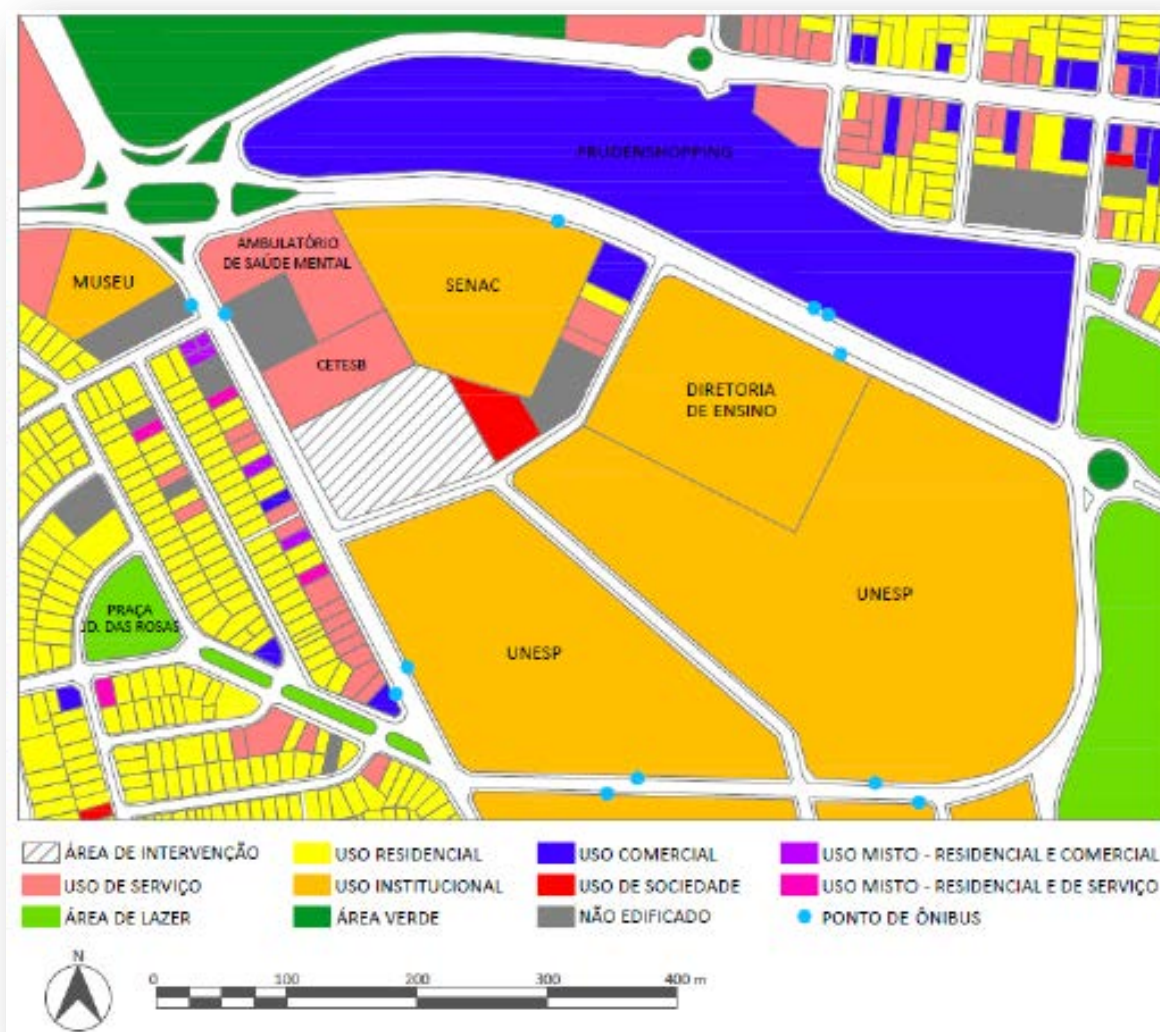
De acordo com o mapa de zoneamento de Presidente Prudente (**Figura**), a área está inserida na ZR2 – Zona Residencial de Média densidade populacional de ocupação horizontal (em amarelo). Na ZR2 o coeficiente de aproveitamento máximo é 2, a taxa de ocupação máxima é de 70%, o recuo frontal mínimo é de 4 metros lineares, a taxa de permeabilidade mínima é 10% e o gabarito de altura máxima é de 2 pavimentos.

Figura 31: Recorte do zoneamento da área de intervenção, bem como de seu entorno. Fonte: Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, 2008, editado pela autora, 2014.



No levantamento a campo, verificou-se que todos os estabelecimentos e residências próximos possuem até dois pavimentos. Partindo do princípio de que a arquitetura é diretamente relacionada com seu entorno, não existindo isoladamente, uma vez que sua concepção depende das vias, relações com as edificações existentes, áreas verdes etc., faz-se necessário o estudo de uso e ocupação do entorno (Figura).

Figura 32: Uso e ocupação do entorno da área de intervenção. Fonte: Tatiana Sawamura, 2013.



Como já visto, a área é delimitada por diversas áreas institucionais e pelo bairro, de predominância residencial, Jardim da Rosas. Na via coletora a qual o terreno insere-se, a Rua João Gonçalves Foz, foi levantado um significativo número de serviços e comércios diversos, estando entre eles uma mecânica, lojas de vestuário, consultórios, advocacias, serviços de festas, etc. O Prudenshopping atua como um ponto de referência e representado em vermelho, o “fundo” do terreno é voltado para uma maçonaria. O levantamento dos pontos de ônibus também foi fundamental, uma vez que foram critérios para selecionar a implantação. Diversos itinerários contornam o perímetro, uma vez que a área trata-se de uma espécie de centralidade, composta por equipamentos que recebem um significativo fluxo de usuários.

Na própria via coletora, os ônibus circulam em dois sentidos. A esquina do terreno é curiosamente ocupada por um “lanche” (Figura 33).

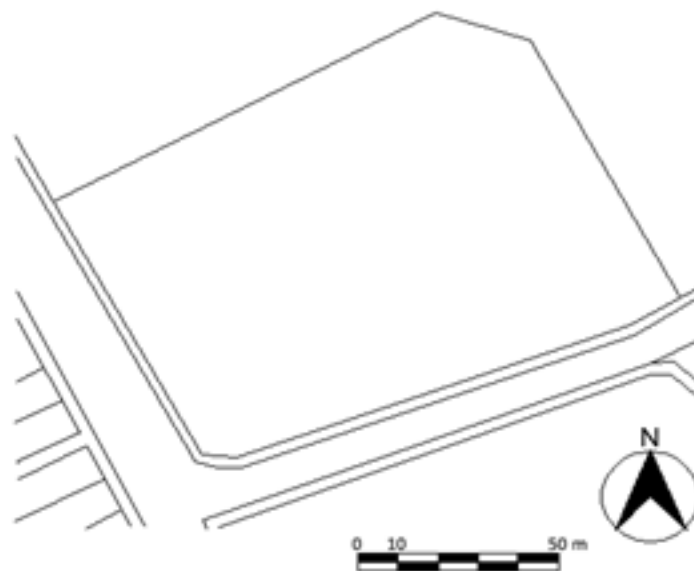
Figura 33: A esquina do terreno é ocupada por um “lanche”.

Fonte: Google Street View, editado pela autora, 2014.



Como foi dito anteriormente, o terreno conta com mais de onze mil metros quadrados e de esquina como apresentado abaixo ().

Figura 34: Terreno escolhido. Fonte: Autora, 2014.

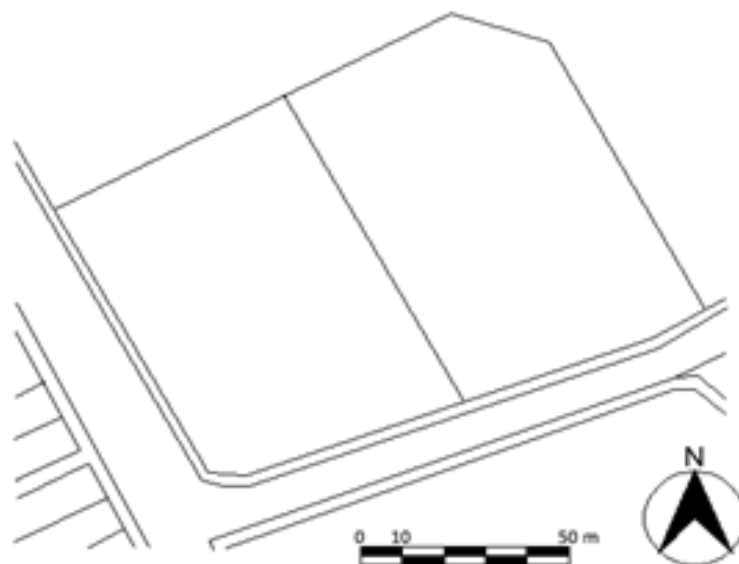


O Terreno

Portanto, segundo o pré-dimensionamento para o projeto do Centro de Convivência, precisaríamos de no mínimo dois mil metros quadrados, fora área verde

e circulação. Sendo assim foi proposto que fosse feito o parcelamento desse terreno, em dois (**Figura**), onde teríamos um pouco mais de cinco mil metros quadrados, tendo o espaço suficiente.

Figura 35: Desdobro do Lote. Fonte: Autora, 2014.



Então, após o parcelamento do solo, escolheu-se o lote com a testada para rua como apresentado na (**Figura 36**). Com uma área total de 5409.12 m². O terreno possui uma declividade total de 6 metros, representado pelo corte da (**Figura**).

Figura 36: Lote com curvas de Nível e Linha de Corte AA

Fonte: Autora, 2014.

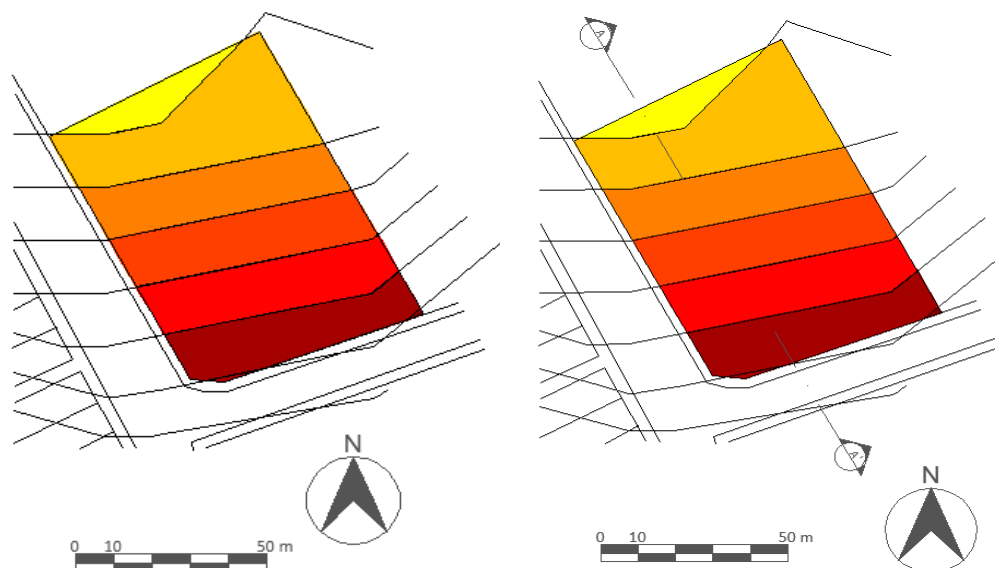


Figura 37: Terreno: Corte AA'. Fonte: Autora, 2014.

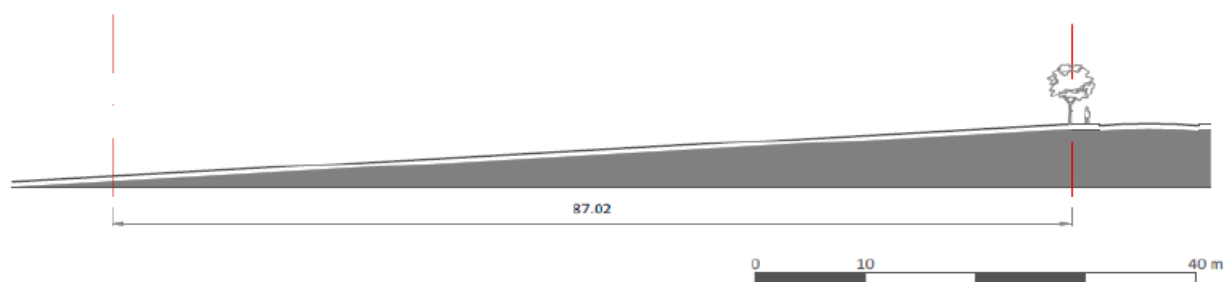
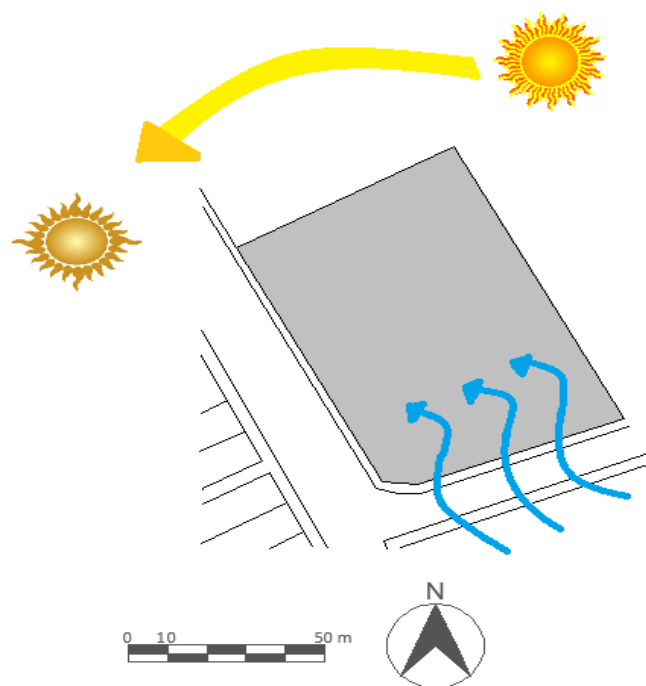


Figura 38: Insolação e predominância dos ventos. Fonte: Autora, 2014.



5. O Programa e Organograma

O Programa de Necessidades e o Pré-dimensionamento dos espaços do Centro de Convivência dos Deficientes Auditivos foram elaborados com base nos estudos de caso e referências, sendo a área destes ambientes definidas com base nos comandos de dimensão mínimos e metragem quadrada para toda área.

O projeto consiste em integrar a ala Clínica e de Estudos, o foco principal é ser um espaço de convivência, onde ali estão para se divertir, se encontrar e com isso ter toda a assistência clínica e de estudos que assim precisar. Promovendo assim uma integração, com o público promovendo um lugar agradável de estar. São dois blocos, o primeiro contendo o café aberto ao público, a recepção, as salas de atendimento clínicas, salas de professores, sala de reunião, de informática e amplo espaço de convivência que se interliga com uma passarela para um espaço jardim, onde no piso inferior temos salas de dança e lutas e academia de ginástica, piscina e quadras.

Define-se, assim que para que o Centro de Apoio tenha eficiência funcional são necessários os seguintes espaços:

Setor Administrativo:

- Recepção
- Espera
- Sala de Reuniões
- Sala dos Professores
- Sanitários dos Funcionários

Setor Serviços:

- Sala de Dança
- Sala de Artes Marciais
- Sala de Cursos
- Laboratório de Informática
- Sala de Múltiplo Uso
- Sala para assistente social
- Sala para fonoaudiólogo
- Sala para psicólogo
- Brinquedoteca
- Auditório

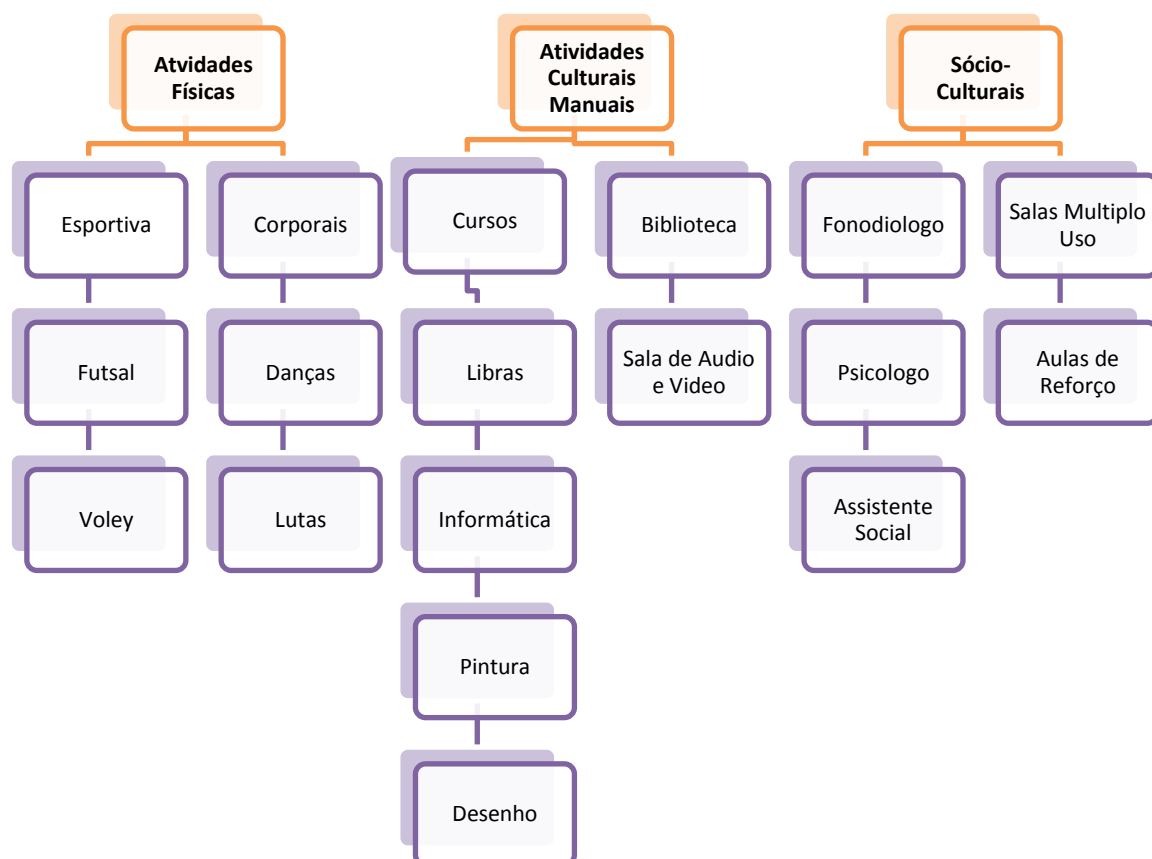
- Biblioteca

Setor Misto:

- Estacionamentos
- Piscina
- Banheiro/Vestiário
- Cozinha Experimental
- Quadra Poli Esportiva
- Quadra de Voley de Areia
- Horta
- Café

Organograma:

CENTRO DE APOIO E LAZER PARA O DEFICIENTE AUDITIVO



As tabelas a seguir apresentam o programa básico do abrigo e do núcleo social e o devido dimensionamento, contendo também informações adicionais das atividades de cada ambiente.

Tabela 1: Setores. Editado pela autora, 2014.

SETOR ADMINISTRATIVO E PEDAGÓGICO				
AMBIENTE	PÚBLICO ALVO	DESCRIÇÃO DO AMBIENTE	ATIVIDADES	DIMENSIONAMENTO
Recepção e Espera	Uso de funcionários	armário, balcão, cadeiras, tv, poltronas	atendimento e espera	45,05 m ²
Sala dos Professores	Uso restrito	mesas, cadeiras, armário	planejamento de aula, organização de horários.	34,51 m ²
Sala de Reuniões	Uso restrito	mesa, cadeiras, armário	reuniões de professores, funcionários, etc.	27,29 m ²
Sanitário Funcionários	Uso de funcionários	sanitários, lavatório e banheiro acessível		21,43 m ²
				TOTAL 128,28 m² + 30% circulação
SETOR DE SERVIÇOS				
Sala de assistência social	uso público alvo	mesas, cadeiras, armário	salas de atendimento ao público alvo	27,29 m ²
Sala de Terapia	uso público alvo	mesa, cadeira e poltronas	salas de atendimento ao público alvo	27,25 m ²
Sala de Fonoaudiologia	uso público alvo	cabine audiométrica, mesa e cadeira	atendimento clínico	25,56 m ²
Sala de Psicologia	uso público alvo	mesa, cadeira, sofá e armário	apoio psicológico	27,69 m ²
Brinquedoteca	crianças	mesas, cadeiras, brinquedos, armário	brincar	34,68 m ²
Sala para cursos	uso de funcionários e público alvo	mesas, cadeiras, lousa, armário	sala de apoio educacional, aulas de línguas.	28,93 m ²
Sala multiuso	uso de funcionários e público alvo	mesas, cadeiras, lousa, armário	múltiplos usos, estudar, aulas, etc.	31,63 m ²
Auditorio	Uso de funcionários e público alvo	palco, cadeiras, camarim	reuniões, passar informações, áudio e vídeo.	115,42 m ²
Sala de Dança	Uso de funcionários e público alvo	espelho	aulas de dança	76,94 m ²
Sala de Artes Marciais	uso de funcionários e público alvo	espelho e tatame	aulas de luta	117,80 m ²
Laboratório de Informática	uso público alvo	mesas, cadeiras, computadores, lousa	aulas de informática	52,09 m ²
Biblioteca	uso público	mesas, cadeiras e prateleiras de livros	armazenamento de livros e espaço para leitura	127,72 m ²
				TOTAL 786,06 m² + 30% circulação
SETOR MISTO				
Estacionamentos	Uso de funcionários e público	área externa	vaga automóvel	254,57 m ²
Piscina	Uso Público	área externa	nadar	115,47 m ²
Sanitário /Vestibário	Uso Público	cuba e bacia sanitária		75,31 m ²
Cozinha Experimental	Uso de Funcionários e público	utensílios domésticos, geladeira, fogão, pia, mesas, armário	aprender e preparar refeições	100,10 m ²
Quadra Poliesportiva	Uso Público	área externa	praticar esportes.	441,48 m ²
Quadra Voley de areia	Uso Público	área externa	praticar esportes.	128,00 m ²
Horta	Uso de funcionários e público	área externa	plantação, ensino, ciências	23,24 m ²
Café	Uso público, servidos pelos funcionários	balcão, cafeteira, pia, geladeira, forno.		10,00 m ²
				TOTAL 1.148,17 m² + 30% circulação

A Estimulação dos Sentidos

A ausência total ou parcial da visão compromete o perceber do deficiente auditivo. No entanto, os estudos realizados e as conversas informais com pessoas surdas ou com baixa audição comprovaram que a falta de percepção visual aguça os demais sentidos. A busca no projeto do Centro de Convivência para Deficientes Auditivos foi criar um complexo que ofereça meios de estimulação sensorial, minimizando os impactos causados pela ausência de audição.

Portanto, o principal objetivo foi criar um espaço em que os sentidos da visão, da audição, tato, paladar e olfato fossem estimulados de maneira mais completa possível.

O sentido de tato será intensificado no painel de texturas do Hall de Convivência e no caminho sensorial. O painel de texturas será feito de materiais que demonstrem a diferença entre o pelo, pele, bico, focinho, áspero, liso, macio e rígido e o caminho sensorial será utilizado para distinguir materiais como areia, pedra, concreto, água, além de pequenos desníveis, vencidos por meio de escada. O caminho será próximo ao Bosque das Árvores Frutíferas, que intensifiquem o sentido do paladar. As árvores foram escolhidas de forma que se tenham frutos durante todo o ano, mesmo nos períodos em que não for época produtiva de determinada espécie.

As demais espécies de árvores foram escolhidas de modo a estimular o olfato, como as árvores de café e caneleiras, de aroma bastante característico.

A busca então é oferecer atividades que intensifiquem os sentidos de modo que a estimulação dos outros sentidos torne menos difícil a ausência de audição.

Tabela 2: Espécies Vegetais. Fonte: Autora, 2014.

BOSQUE DE ÁRVORES FRUTÍFERAS						
Nº	TIPO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ALTURA (m)	ÉPOCA DE FLORAÇÃO	OBSERVAÇÕES
1	Frutífera	Abacateiro	Persea Americana	15-20	Primavera	Sol Pleno
2	Frutífera	Acerola	Malpighia glabra	4-6	Verão	Meia Sombra
3	Frutífera	Cupuaçu	Theobroma Glandiflorum	12-18	Primavera	Sol Pleno
4	Frutífera	Goiaba	Psidium Guajava	8-10	Primavera	Sol Pleno
5	Frutífera	Jabuticabeira	Myrciaria Cauliflora	5-7	Primavera	Sol Pleno
ESPÉCIES VEGETAIS DOS JARDINS						
Nº	TIPO	NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	ALTURA (m)	ÉPOCA DE FLORAÇÃO	OBSERVAÇÕES
7	Pinheiro	Alpinia	Alpinia Zerumbet	2-3	Verão/Outono	Sol Pleno
8	Arbustiva	Áster	Áster tradescanti	Até 0,7	Jan/Mar - Out/Dez	Sol Pleno/Flor Branca
9	Arbustiva	Caneleira	Cinnamomum Zeylanicum	8-15		Sol Pleno
10	Arbórea	Oiti	Licania tomentosa	8-15	Ago/Set	Sol Pleno
	Gramínea	Grama Esmeralda	Zoysia Japonica	0,02		Sol Pleno/Rústica

Diretrizes Projetuais e Estudos Preliminares

A partir dos estudos de casos e referência de projeto, foi possível compreender algumas questões de âmbito social importantes, que de várias formas, influenciam no exercício do projeto. O projeto de inclusão social da pessoa com deficiência auditiva tem início na sua reabilitação, mas também no seu estado psicológico. Nesse sentido, uma arquitetura sensível e de caráter humanizado, com a premissa de que tenha forte influência não só aos usuários pacientes como aos usuários prestadores do serviço, é de fundamental importância, sendo portando um princípio norteador para um partido.

No projeto do Edifício Viver, foi se trabalhado os espaços livres, o espaço de encontro, com quatro praças e o edifício pousa sobre ele onde acontece o pertencimento do local, a ideia de se implantar um edifício elevado é a mesma para que haja mais espaços livres e de convívio, e as passarelas que unem os dois, para que a circulação seja feita por fora do edifício. Ganhando dessa forma espaços internos.

No projeto Edifício Luiza de Marchi Padovesi, foi estudado, as fachadas, a estrutura e a permeabilidade do local, a cobertura com a área de convivência, onde existem pista de caminhada e as copas das árvores da uma sensação de jardim elevado.

Portanto, a topografia original foi o ponto de partida para a concepção do plano de massas, processo projetual em que representa os estudos da volumetria geral do edifício e como a mesma comporta-se no terreno.

O terreno tem um declive de seis metros, portanto, foi feita movimentação de terra. O primeiro edifício voltado para esquina está na cota quatro e o edifício de traz está na cota três e dois. Como mostra a implantação (**Figura**).

Figura 39: Implantação. Fonte: Autora, 2014.

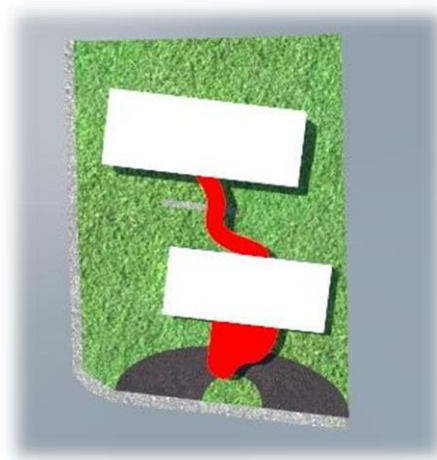


Figura 41: Vista. Fonte: Autora, 2014.



Figura 43: Vista. Fonte: Autora, 2014.



Figura 40: Vista Superior. Fonte: Autora, 2014.



Figura 42: Vista. Fonte: Autora, 2014.

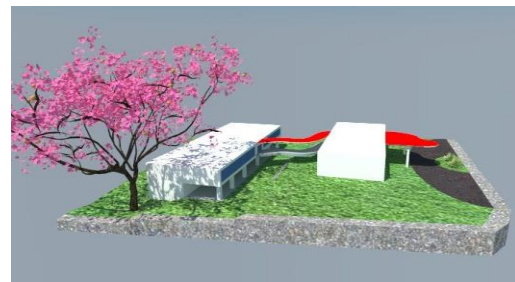


Figura 44: Vista. Fonte: Autora, 2014.



Após a este estudo, percebeu se a necessidade de haver, espaços mais integrados onde não estivesse a percepção separatista, de clínica com caráter de hospital e só após essa ala estivesse a área de lazer onde estaria a parte mais interessada a todos, pois o conceito do edifício é que fosse funcional, onde atendesse

a necessidade que precisam em períodos fora da escola mas que principalmente fosse um local de encontro que pudessem ir mesmo não havendo consulta ou aulas marcadas, somente para encontrar os amigos e se divertir, pois conversando com a parte interessada é o que mais faz falta na cidade, esse lugar de encontro. Com base nesses estudos, começou a se pensar em um novo plano de massas, conforme as figuras abaixo.

Figura 45: Estudo de massa e fachada. Autora, 2014.

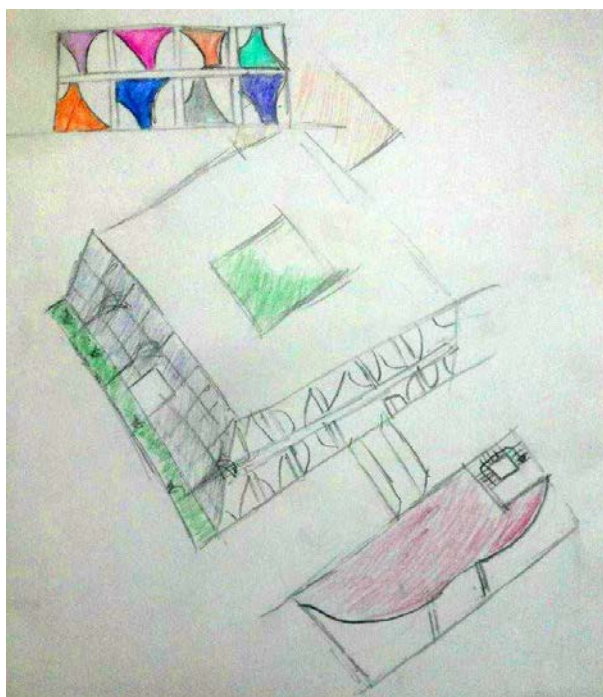


Figura 46: Estudos de Massa e Fachada. Autora, 2014.

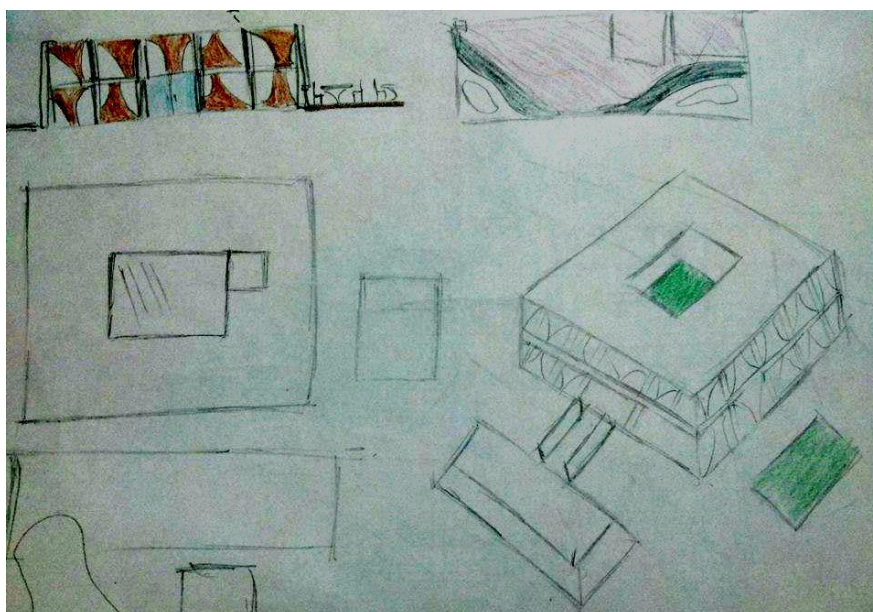


Figura 47: Estudo dos Cortes e Fachadas. Fonte: Autora, 2014.

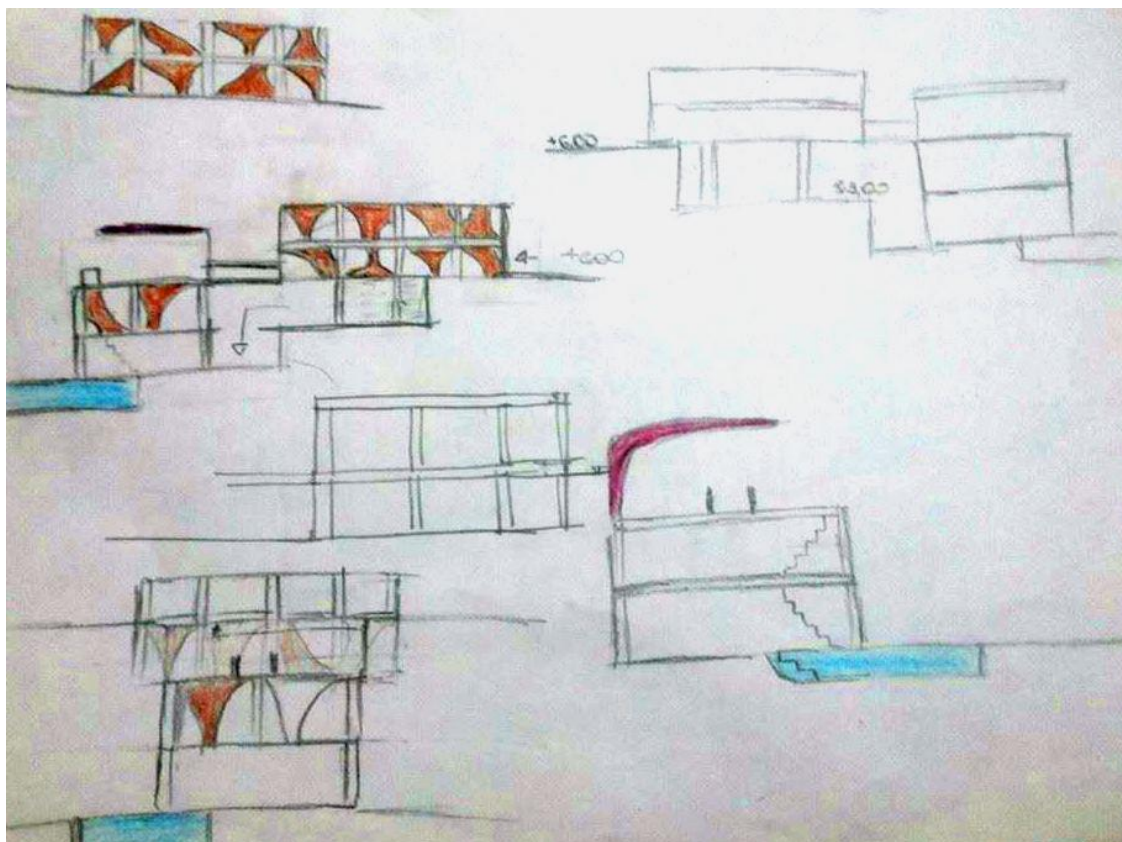


Figura 48: Estudo de Cortes. Fonte: Autora, 2014.

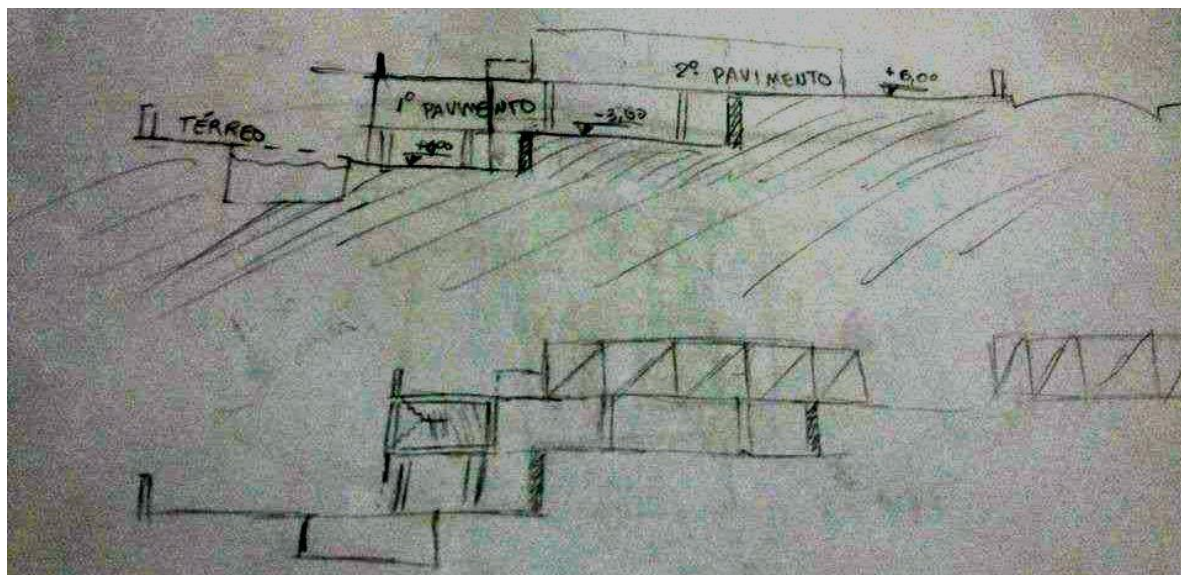
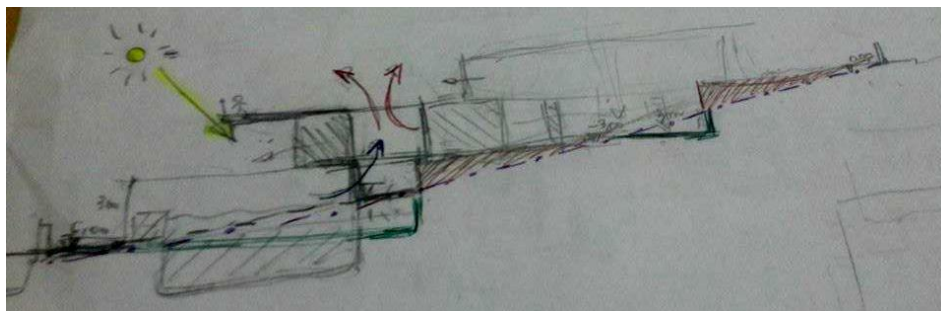


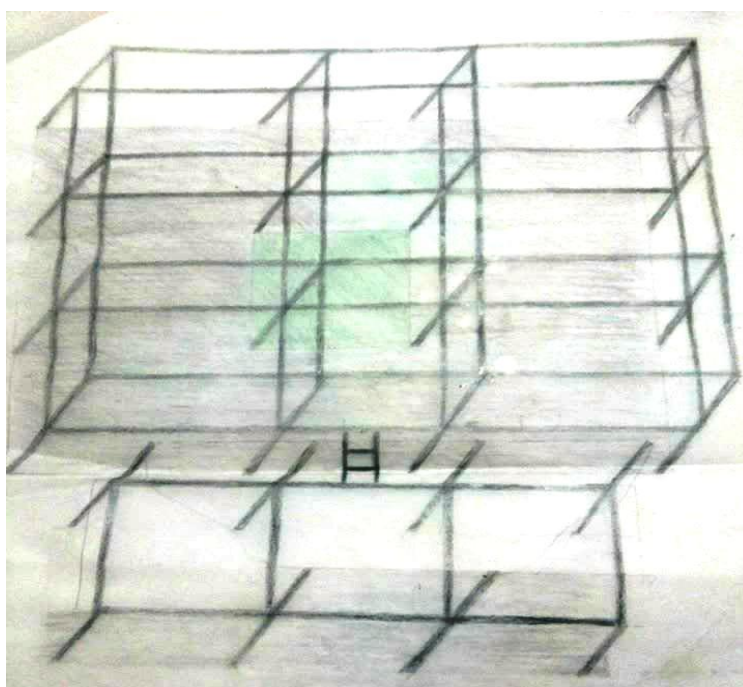
Figura 49: Estudo de Insolação e Ventilação. Autora, 2014.



Estrutura do Projeto

Este item descreve a proposta final, representadas graficamente nas pranchas em anexo, em razão da escala o texto será acompanhado somente de algumas imagens. Depois de consolidada a volumetria, passou a pesquisar qual seria a melhor materialidade, que desenvolvesse o contexto do projeto, desta forma optou-se pelo aço, para que se pudesse alcançar o grande vão onde está o pátio interno e que desta forma não haveria tanto a necessidade de tantos pilares como haveria no concreto, dificultando a funcionalidade, quanto mais limpo fosse mais facilitaria na comunicação de cada um deles. Assim na imagem (figura 50) a seguir podemos perceber, como ficou resolvido a estrutura.

Figura 50. Estudo da Estrutura em aço, pilar e viga. Fonte, autora, 2014.



Foram utilizados perfil I, na estrutura dos pilares e vigas, deixando assim uma arquitetura limpa ganhando espaço e rapidez na obra. Pilares VS ~ 600 e vigas VS ~ 300, deixando a passarela livre de pilares, apenas ligadas na estrutura pelas vigas. Esteticamente foram usados brises (figura 51), painéis de compensado naval em madeira, que além de estético é funcional e já foi pensado no compensado naval, por ser uma edificação pública onde é raro sua manutenção por isso tem maior durabilidade que a comum. Paredes externas de alvenaria comum, internas de Drywall, para melhor racionalização e acústica dos ambientes.

Figura 51: Fachada Norte, sem escala. Fonte: Autora 2014.

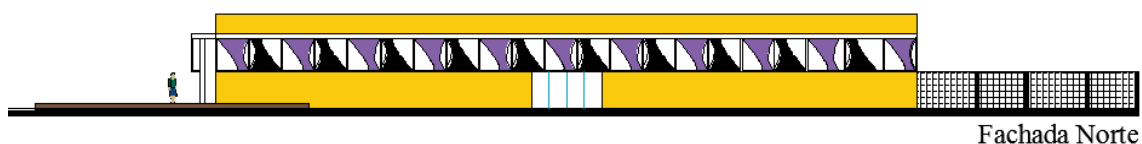
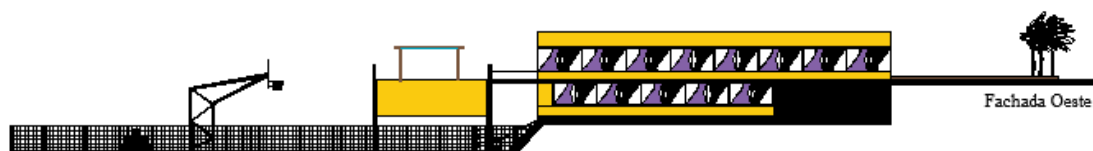


Figura 52: Fachada Oeste, sem escala. Fonte. Autora 2014.



6. Considerações Finais

A realização desse projeto proporcionou um conhecimento abrangente que até agora eu não tinha trabalhado, trabalhar sozinha em um projeto Arquitetônico, prestar atenção em cada detalhe me mostrou um conhecimento além do que achava que tinha, ainda mais com o deficiente, o que me trouxe mais crescimento pessoal. A maior dificuldade realizada foi o desnível do terreno e como resolver e entender da melhor forma. A escala possibilitou detalhes e vistas favoráveis e acredito que atendeu a necessidade do deficiente. Espero que esse projeto possa colaborar com futuros projetos, já que não foi encontrado nenhum trabalho específico para o deficiente auditivo e pensar nas suas necessidades.

7. Referências Bibliográficas

AMORIM, M.C.C.T., **O clima urbano de Presidente Prudente/SP. Tese de Doutorado da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas** São Paulo – USP, São Paulo, 2000.

Brasil - A Deficiência Auditiva na Idade Escolar – Cartilha. **Programa de Saúde auditiva**. Bauru: H.P.R.L.L.P. USP, FUNCRAF, Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

Brasil (1997). Os órgãos do aparelho auditivo e seu funcionamento. **Programa de Capacitação de Recursos Humanos do Ensino Fundamental** – Deficiência Auditiva, volume I. Série Atualidades Pedagógicas 04 Brasília: MEC/ SEESP (pp. 23–30).

CHAGAS, E. F. **Análise da Qualidade de vida de pessoas com deficiência em áreas de exclusão social em Presidente Prudente/SP**. 2007. 186 f. Tese (doutorado) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Coordenadoria de Controle de Doenças, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo, São Paulo, 2007.

DAVIS, S.; SILVERMAN, S. R. Hearinganddeafness. New York: Holt, Rinehartand Winston, 1966 apud SILVA, R. C. **A abordagem terapêutica fonoaudiológica com a criança deficiente auditiva**. In: BRITTO, A. T.

(Org.). Livro de fonoaudiologia. São José dos Campos: Pulso, 2005. p. 153- 161.

SILVA, R. C. A abordagem terapêutica fonoaudiológica com a criança deficiente auditiva. In: BRITTO, A. T.

(Org.). Livro de fonoaudiologia. São José dos Campos: Pulso, 2005. p. 153- 161.

FERNANDES, E. **Problemas lingüísticos e cognitivos do surdo**. Rio de Janeiro, Agir, 1990.

SPOSITO, M. Encarnação B. (2007); **“Cidades médias: reestruturação da cidade e reestruturação urbana”**. In: SPOSITO, Maria Encarnação B (org.). Cidades médias: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, p. 233-253.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre/ RS: Artes Médicas, 1997.

MOURA, M. C. **O Surdo: caminho para uma nova identidade**. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

LACERDA, C. B. F. de. **O intérprete de língua Brasileira de Sinais: Investigando Aspectos de sua atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LANE, H. - Whenthemindhears. **A historyofthedeaf**. New York, Vintage Books, 1989.

SANTANA, A. P. **Surdez e linguagem: aspectos e implicações neurolingüísticas**. São Paulo: Plexus, 2007.

DAMÁZIO, M. F.M. **Deficiência Auditiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2007.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Cirando Cultural, 2009.

KOZLOWSKI, E. O modelo bilíngue/bicultural na educação do surdo. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, 7(2): 147-156.

RomulloBaratto. "Vencedor do Prêmio Rogelio Salmona: **Edifício Projeto Viver / FGFMF**" 22 Aug2014.ArchDaily Brasil. Acessado 14 Out 2014. <<http://www.archdaily.com.br/br/625866/vencedor-do-premio-rogelio-salmona-edificio-projeto-viver-fgmf>>

Presidente Prudente (SP). Prefeitura. 2014. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.sp.gov.br>. Acesso em: jan. 2014.

Arcelor Mittal. **Universidade Cruzeiro do Sul**. Disponível em: http://www.constructalia.com/portugues_br/galeria_de_projetos/brasil/universidade_cruzeiro_do_sul#.VQWeFI7F_X1. Acesso em: junho. 2014.

ArcoWeb. Edifício campus da Unicsul. Disponível em: <http://arcoweb.com.br/projetodesign/arquitetura/kruchin-arquitetura-universidade-cruzeiro-06-10-2004>. Acesso em: outubro. 2014